



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO



Rodrigo Jacob Domingues de Paula Almeida

**Folha de S. Paulo: narrativas sobre os rebaixamentos das notas de crédito
do Brasil**

Mariana, MG
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO



Rodrigo Jacob Domingues de Paula Almeida

**Folha de São Paulo: narrativas sobre os rebaixamentos das notas de crédito
do Brasil**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto –
UFOP - como pré-requisito para
obtenção de grau de bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Hila Rodrigues

Mariana, MG
2017

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

A447f Almeida, Rodrigo Jacob Domingues de Paula
Folha de S. Paulo: narrativas sobre o rebaixamento
das nota de crédito do Brasil [recurso eletrônico/gravação
de vídeo/filme cinematográfico] / Rodrigo Jacob Domingues
de Paula Almeida.-Mariana, MG, 2017.
1 CD-ROM; 4 3/4 pol.+ 1 monografia (60 f.).

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Rouseff, Dilma, 1947- - \$v Teses.. 2. Folha de
S. Paulo (Jornal) - \$v Teses.. 3. Jornalismo - Aspectos
econômicos - Teses. 4. MEM. 5. Política - Brasil.
6. Monografia. I.Rodrigues, Hila Bernadete Silva.
II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto
de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências
Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 070:33
: 15
: 1417687

Rodrigo Jacob Domingues de Paula Almeida

Curso de Jornalismo – UFOP

Folha de S. Paulo:

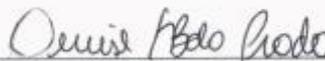
narrativas sobre os rebaixamentos das notas de crédito do Brasil

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues.



Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado



Profa. Dra. Maria Regina Maia

Mariana, 06 de abril de 2017.

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre me mostraram a importância de ter uma boa educação. À minha irmã que sempre acreditou em mim. E todos aqueles que cruzaram meu caminho nesses quatro anos com algum tipo de ensinamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo amor e carinho durante esses anos de afastamento. Todo o suporte, as broncas, as brigas e puxões de orelha foram fundamentais para que eu chegasse aqui.

Agradeço também à minha namorada pela paciência, amor e companheirismo neste último ano e meio de parceria.

À minha orientadora, Hila Rodrigues, pela paciência e serenidade durante as reuniões de orientação. Este trabalho não seria o mesmo sem a condução dela.

Aos meus parceiros de república que sempre me ajudaram (e atrapalharam, só um pouco) nesta jornada de um ano meio de desenvolvimento deste projeto. Não sei como seria da minha história sem ter vivido na república K-Zona nesses últimos 4 anos, mas acredito que seria bem mais sem graça.

Agradeço também às colaborações da Professora Karina na banca de Tcc 1 e às entrevistas concedidas pelo professor Francisco Horácio de Oliveira, o Chico. A ajuda deles foi importante para enriquecer esta monografia.

Agradeço a todos os que acreditaram em mim e contribuíram em alguma medida nesta jornada de quatro anos.

Resumo

Este trabalho analisa as reportagens do mês dezembro de 2015 do jornal *Folha de S. Paulo* relacionadas ao rebaixamento da nota soberana brasileira pela agência de risco Fitch, ocorrida em 16 de dezembro de 2015. Para isso utiliza-se das abordagens e conceitos trabalhados pelos autores do jornalismo econômico, Paula Puliti e Sidnei Basile. Nos estudos das teorias do jornalismo foram acionados Jorge Pedro de Souza e Nelson Traquina e, para compreender o mecanismo econômico da nota de risco soberana, foi consultada a tese de mestrado de Renata Soares Machado. O estudo se deu a partir de um quadro analítico que evidência as estratégias discursivas do jornal *Folha de S. Paulo* na cobertura das notas de rebaixamento.

Palavras-chave: jornalismo econômico; narrativas; notas de rebaixamento; Folha de S. Paulo; Dilma Rousseff;

Abstract

This paper analyses news articles of December 2015 from *Folha de S. Paulo* related to the downgrade of Brazilian's sovereign credit rating announced by Fitch Inc. on December sixteenth 2015. For this purpose were used approaches and concepts of economic journalism authors, Paula Puliti and Sidnei Basile. On journalism theory studies, this research referred Nelson Traquina's and Jorge Pedro de Souza's works. To understand the Brazilian's sovereign credit mechanism Renata Soares Machado's masters dissertation was consulted. This project was based on an analytical chart that shows discursive strategies from *Folha de S. Paulo* newspaper on the Brazilian's sovereign credit rating coverage.

Keywords: economic journalism; narratives; sovereign credit rating; Folha de S. Paulo; Dilma Rousseff;

Sumário

1- INTRODUÇÃO	8
2- JORNALISMO ECONÔMICO E COTIDIANO.....	11
2.1 – Cobertura econômica e Brasil	11
2.2 – Cobertura econômica: o pensar e o fazer	13
2.3 - Cobertura econômica: interesses dentro e fora da redação	15
3- IMPRENSA E PODER NO BRASIL	17
3.1 – As intenções do narrador: as teorias do jornalismo e os dilemas do enquadramento	18
3.2 – <i>A Folha de S. Paulo</i> : diferentes narrativas para diferentes cenários políticos.....	20
3.3 – A nota de crédito e a narrativa da crise e do caos	26
QUADRO 1 – Escala de Classificação Ratings.....	27
4 - ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM ANÁLISE	28
4.1 – A nota de crédito e o discurso do caos	29
4.2 – Estratégias discursivas para desestabilização do governo Dilma.....	30
4.3 – <i>Folha de S. Paulo</i> : a narrativa da crise e do medo	31
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6 – REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE – Quadro de análise	40
ANEXO - Reportagens analisadas	46

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os enquadramentos trabalhados pelo jornal *Folha de S. Paulo* na cobertura da crise econômica a partir, especificamente, das notícias de rebaixamento do Brasil no *ranking* que posiciona os países em relação à capacidade de atrair investimentos externos. A análise se dará com base nas notícias veiculadas no período de dezembro de 2015, quando foi registrado o principal rebaixamento. A ideia é buscar compreender as forças presentes no jogo político (e econômico) e como essas forças influenciam as pautas no âmbito do jornalismo econômico.

Nesse percurso, foi essencial examinar como foram construídas, especificamente, as notícias do rebaixamento econômico. Para isso, recorreu-se às páginas do caderno *Mercado*, da *Folha de S. Paulo*, dando ênfase à discussão em torno da abordagem jornalística e das citações das fontes ligadas ao mercado financeiro. O caderno de economia é rebuscado, em geral constituído de textos acerca de assuntos de difícil compreensão, mas tem, como alvo final, leitores familiarizados com o assunto.¹ Fazer essa análise das fontes foi fundamental para compreender as forças que fazem parte do jogo político-econômico e como elas exercem pressão sobre a pauta no jornalismo econômico. Uma análise de conteúdo possibilita melhor compreensão desse processo, a partir das reportagens que abordam a crise das notas soberanas na economia brasileira.

A turbulência política que levou investidores a desacreditarem na força que o Brasil demonstrava desde a crise de 2008 é o principal motivo para a sugestão desse tema. Entender como a relação turbulência/rebaixamento influenciaram a pauta do caderno de Economia da *Folha* e que papel teve esse tipo de abordagem na retroalimentação da crise que se arrastou ao longo do ano de 2015 também é importante. Além disso, o momento político foi crucial para a perda de mandato da presidente Dilma Rousseff no ano seguinte. Outras forças entraram em jogo na deposição da presidente, mas o momento compreendido coincide com a separação de PT e PMDB, este último principal aliado do governo Dilma até aquele momento.

¹ Segundo a Target Group Index – Kantar 60% dos leitores da Folha de S. Paulo fazem parte das classes A e B IBOPE (2015). Os dados estão disponíveis em:

http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml

O estudo do jornalismo econômico é relevante na medida em que decisões, avanços ou atrasos no campo da economia afetam a sociedade como um todo. Para um país que estava em pleno processo de evolução há alguns anos – como registrava a capa do “The Economist”, que trazia um Cristo Redentor que ascendia, impulsionado por foguetes – o ano de 2015 foi agitado e marcado por números desanimadores. Cerca de um milhão e meio de empregos foram cortados, o dólar valorizou mais de 50% no último ano, o índice Bovespa caiu outros 50%, atingindo indicativos da década passada. Todos esses fatores mostram o quanto o jornalismo econômico cumpre papel relevante no dia a dia do cidadão comum, a fim de proporcionar a esse receptor um entendimento mais apurado do que de fato acontece ao seu redor.

Para desenvolver este trabalho, foi necessária uma ampla releitura das teorias do jornalismo. Por isso recorreu-se a autores como Nelson Traquina e João Pedro de Sousa. Outros autores da Ciência Política e Sociologia, como Aloysio Carvalho, também foram acionados por terem se ocupado de estudos que tentam compreender a formação da opinião pública no Brasil. Foram convocados, especificamente, três importantes tópicos: narrativas, enquadramento e teoria do *gatekeeper*. Ademais, mostrou-se importante a compreensão do processo de produção jornalística nos cadernos de Economia. Para isso, também foram convocados autores com grande experiência na área do jornalismo econômico, tais como Paula Puliti e Sidnei Basile. As ideias desses profissionais compõem a base do capítulo dois, que narra a história econômica recente do Brasil e apresenta reflexões sobre o pensar e o fazer jornalístico.

No capítulo 3, a *Folha de S. Paulo* é colocada em contexto. A bibliografia que conta a história do jornal é revisitada. Leva-se em conta, aqui, também a evolução da publicação, os posicionamentos tomados em diversas etapas da história recente do Brasil e as coberturas de crises relacionadas aos últimos mandatos de presidentes da República. Entender o posicionamento da *Folha* em diversos contextos é importante para entender a cobertura dos acontecimentos relacionados aos rebaixamentos da nota de crédito brasileira. Para esse levantamento histórico, foi necessário recorrer à jornalista Ana Estela Pinto, que detalha e comenta a trajetória da *Folha de S. Paulo* na linha do tempo.

Ainda no capítulo 3, é importante pontuar os conceitos das análises das notas de crédito soberanas, traduzir o significado disso e, também, discutir as repercussões no cenário econômico do país. Para isso, foi realizada, ainda, uma entrevista com o professor do

Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto, Francisco Horácio de Oliveira. O intuito foi assimilar e traduzir o funcionamento desse instrumento do mercado financeiro. Para a explicação das premissas utilizadas pelas agências de risco, recorreu-se à dissertação de mestrado de Renata Soares Machado, pela PUC-RJ.

Depois de traduzir e explicar como a queda da nota de crédito soberana afeta o dia a dia da sociedade, é feita, já no capítulo 4, a análise das reportagens do caderno *Mercado*, da *Folha de S. Paulo*, que ligam diretamente o rebaixamento da nota brasileira pelas agências de risco à crise político-econômica experimentada pelos brasileiros no período de dezembro de 2015.

Para auxiliar a análise, um quadro foi produzido com a intenção de separar os elementos mais importantes das matérias. A quantidade de fontes, a qualidade das declarações dessas fontes, a quem elas representam e a diversidade de pontos de vista foram os principais assuntos abordados. É levado em consideração, ainda, a posição das reportagens nas páginas do jornal, a adjetivação e presença de palavras com conotação negativa e a correlação entre crise econômica e pressão política.

Com isso, espera-se contribuir para o debate sobre a função sociopolítica do jornalismo – em especial do jornalismo econômico – e importância dessa função na condução das democracias.

2- JORNALISMO ECONÔMICO E COTIDIANO

Poucas coisas parecem mais importantes para uma família ou qualquer outro grupo social que o equilíbrio financeiro. Falar em dinheiro, em rumos econômicos de uma nação ou em política monetária é falar de fatores que influenciam diretamente o dia a dia das pessoas. Quando os juros sobem, o crédito fica escasso; quando o dólar e a inflação sobem, o custo de vida e os produtos básicos ficam mais caros, o país deixa de importar e o acesso a alguns bens específicos fica mais restrito; o orçamento pesa e é preciso reorganizar as contas. Mas as dinâmicas de mercado e os mecanismos de funcionamento de alta e queda de juros, além do comportamento da inflação, não são facilmente entendidos pela população leiga. Está aí a importância do jornalismo econômico: possibilitar que esses mecanismos se tornem compreensíveis e deixem de ser um dialeto à parte na realidade cotidiana.

A compreensão dos movimentos mercadológicos é outra função do jornalismo de economia. Um exemplo é a revista Exame, que, em seu site, publicou matéria² que conta histórias de empreendedorismo no período de crise financeira. Ao relatar casos de *startups* que prosperam em meio aos retrocessos, tanto no mercado de empregos como no campo do consumo, a revista explica como funciona os negócios nesse campo, acusando a existência de mercados com vigor. A reportagem aproxima o cidadão de um contexto econômico específico, revelando cenários que partem de ideias simples, mas úteis.

2.1 – Cobertura econômica e Brasil

O jornalismo econômico ainda engatinhava nas redações brasileiras no final do século XIX. No entanto, muitas notícias daquela época eram voltadas para a elite agrária exportadora de café. De forma tímida, os jornais reportavam altas e quedas dos preços desse e de outras mercadorias importantes na cadeia produtiva do país. Ainda assim, pouco se falava em mercado financeiro, microeconomia, macroeconomia ou de indicadores de inflação, assuntos recorrentes nos dias atuais. (BASILE, 2010)

² Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/111602/noticias/crise-vira-motor-para-expansao-de-startups-no-brasil>

A literatura registra que havia poucas iniciativas ligadas ao jornalismo de economia. Tanto que jornais paulistas como a *Folha de S. Paulo* registram, em sua história, certo pioneirismo quando, no período de 1930 a 1945 – após mudanças de cunho editorial –, decidem acompanhar exatamente o setor cafeeiro. No caso das *Folhas* (que depois viriam a se transformar na *Folha de S. Paulo*), não por acaso, o dono era um rico produtor de café, que buscava unir a comunidade agrária por meio de participação ativa do jornal. Octaviano Alves de Lima passara a oferecer assinaturas da *Folha da Manhã* em troca de sacas de café e a aumentar a presença no interior, abrindo sucursais em diversas cidades. O jornal passou a ter cunho comercial, a maioria das matérias eram ligadas a comércio exterior e ao preço do café. (PINTO, 2012)

Pesquisadores também registram iniciativas como a de *O Estado de S. Paulo*, que, após a Segunda Guerra Mundial, lançou um caderno semanal de economia, chamado de *Suplemento Comercial e Industrial*. Esse foi o primeiro material mais elaborado nessa área até então (PULITI, 2013). No entanto, a cobertura econômica no Brasil só ganha força na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1960, após o golpe militar. A economia entra na pauta, primeiramente devido à propaganda centrada no “Milagre Econômico”, que enaltecia as obras de infraestrutura da época. Nesse período, a cobertura política sofria censura por parte do governo militar e a área econômica era uma forma de desviar o foco de assunto. Essa dinâmica perdurou até a abertura política, em 1985 (idem).

Com as eleições diretas, chega a conta para o brasileiro das gestões que constituíram o regime ditatorial. A economia brasileira e o cidadão pagaram muito caro, em forma de hiperinflação. O jornalismo de economia entra na pauta diária com muita força, tentando traduzir esses mecanismos (MARTINS, 2005). Em 1990, o governo de Fernando Collor de Mello confisca as poupanças de todos os brasileiros, deixando cada correntista com 50 cruzados novos. Esse episódio e os atos de corrupção cometidos por ele serviram para minar a confiança e resultaram no processo de *impeachment*, que forçaram sua renúncia. Em seu lugar, o então vice-presidente, Itamar Franco, assume o governo e cria um plano de estabilização econômica, o Plano Real.

O noticiário econômico se torna mais uma vez protagonista, e acompanha as ações do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que comandara a transição cambial. O período marcado pela implantação do Plano Real foi de extrema importância para o jornalismo econômico, pois a editoria se viu no centro das atenções dos brasileiros. Nessa

época, foi criado até um esquema de comunicação comandado pela jornalista Maria Clara do Prado – então assessora de FHC no Ministério da Fazenda – para que a implantação da nova moeda nacional fosse bem assimilada pela imprensa e para que a informação chegasse à população de maneira positiva. O assessoramento municiou os jornalistas com uma grande quantidade de material, tentando cobrir todos os detalhes: primeiro da implantação da URV como moeda de transição; e depois de terminado esse período de teste, finalizando com a mudança para o real. (PULITI, 2013)

Diversas reuniões foram feitas antes da implantação do plano e, depois que a URV entrou em circulação, foram feitas reuniões quinzenais com farto material produzido pelos economistas. No entanto, Puliti (2013) registra que a cobertura econômica não era tarefa fácil. A equipe econômica tinha o linguajar muito técnico e era fechada para o diálogo. Não havia muita disposição das fontes para conversar e explicar o planejamento.

2.2 – Cobertura econômica: o pensar e o fazer

Em quaisquer cenários, contudo, a cobertura econômica se inicia na pauta – que, nesse campo, tem seguido, no Brasil, os acontecimentos mercadológicos. Um novo relatório a ser divulgado pelos agentes públicos ou as previsões macroeconômicas de uma grande agência de consultoria ou, no caso, as classificações de uma agência de *rating* relacionadas a um país, estado, cidade ou grandes empresas – tudo isso são temas próprios da cobertura econômica. Autores como Paula Puliti (2013,) afirmam que, no Brasil, o mercado é quem define, em grande medida, a pauta para os cadernos de economia.

Trata-se de um aspecto importante, já que a pauta orienta os rumos da narrativa. Na editoria de economia, em especial, as pautas podem levar o repórter a assuntos recheados de estatísticas e números, que muitas vezes podem retirar o foco do que está sendo apresentado. É nesse sentido que Sidnei Basile (2011, p.129) destaca a importância da pauta para assegurar um “bom texto econômico”. Ele alerta para a necessidade de sempre voltar à pauta e se perguntar o que existe de mais importante naquele tema. Por que, como jornalista, devo cobrir isso? E, o que é mais importante nessa matéria?

A partir daí, a construção da reportagem se ampara na narrativa por meio de vozes autenticadas pelo mercado e pelo próprio leitor, que confere credibilidade às mídias ao

consumir e reproduzir essas construções forjadas no âmbito das redações. Ao abordar o processo de escolha das vozes como “um processo de autenticação da reportagem”, Motta (2007, p.10) observa que o narrador confere veracidade e dissimula a realidade ao pinçar certos aspectos da fala do entrevistado e deixar de lado outros, que poderiam ser igualmente importantes. A subjetividade presente no discurso criado pelo jornalista é encoberto pelas citações que imprimem realidade e transferem ao leitor a sensação de que os pontos levantados e realçados pelo entrevistador condizem com tudo o que a fonte quis dizer.

A narrativa se dá, assim, em processos distintos de compreensão. No caso do jornalismo, o narrador imprime vozes reconhecidas e “incontestáveis” para legitimar a realidade por ele apresentada. Essa primeira parte é a construção da matéria. Nela o jornalista referenda e autentica seu trabalho, dando peso ao fazer uso de vozes renomadas. Num segundo momento, essa matéria chega ao receptor, que assimila e interpreta essa realidade e ratifica a credibilidade devido à presença dessas fontes.

Motta (2007, p.9) explica que “a estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”. Fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos”. Ele confere esse efeito, pois o jornalismo se ampara nos acontecimentos presentes, o jornalista relata o presente, analisa o passado e prevê o futuro. As matérias têm essa característica de criar uma visão do mundo a partir dos acontecimentos presentes e isso se torna mais evidente na editoria de economia, na qual, muitas vezes, os agente do mercado tentam impor sua visão de futuro como verdade imutável.

Motta chama atenção, ainda, para a objetividade, conferindo a ela *status* de estratégia narrativa. A forma como o texto jornalístico é escrito induz o leitor a pensar que há uma mediação dos fatos de forma totalmente isenta. Mas, para além desse aspecto, toda estratégia levará em conta um elemento essencial ao jornalismo econômico: a clareza. Como em todos os campos do jornalismo, o texto da editoria de economia precisa ser o mais claro possível, de forma que seja compreendido pelo maior número de leitores. Construir esse texto com fluidez e não cair na armadilha dos números excessivos é um bom caminho. Sob esse aspecto, Basile (2001) chama a atenção, em primeiro lugar, para a checagem de dados básicos, informações que parecem ser bobas, mas são responsáveis por escorregões de profissionais experientes: saber o nome correto da empresa; o nome certo dos locais que aparecem na matéria; verificar números para ter a certeza de que nada está indo com um zero a mais.

Ao escrever, a informação tem que ser precisa, deve ser clara para quem ler, proporcionando reflexões, argumentos e interpretações. Para Basile, se houver muita confusão na identificação dessas características, é sinal de que a edição não está boa. Para que isso mude, o autor propõe uma edição que subverta o senso comum. Ele dá o exemplo de uma cobertura de recessão: se há esse cenário, por que não cobrir os setores da economia que vão bem? Com a alta do dólar, as empresas brasileiras³ e produtores de grãos⁴ focalizam nas exportações. Uma crise localizada não significa que a economia como um todo vai mal.

Outro exercício fundamental, é decidir a hierarquia das informações. Editar uma reportagem é escolher, a partir da pauta e da apuração, o foco e abordagem da matéria. O que é importante? O que deve fazer parte do lead? Qual é a posição dessas informações no texto final? Basile argumenta que editar é um trabalho de equilíbrio. O profissional “deve incorporar a faculdade de estabelecer seu juízo crítico sem arrogância e lembra que, apesar dos impasses da profissão, ela não pode ser burocrática, nem um espelho estéril do cotidiano” (BASILE, 2011, p.138).

2.3 - Cobertura econômica: interesses dentro e fora da redação

Parte expressiva da literatura no campo da Comunicação assegura que o jornalismo se legitima, na sociedade, pelo mecanismo da objetividade, neutralidade e imparcialidade. Puliti (2013) vai ao encontro de Motta (2007) ao observar que, no jornalismo, o profissional é capaz de construir certas imagens – tomadas como “verdades” – em nome do interesse público. Nas editorias de Economia, a autora acha que isso é especialmente evidente. Na concepção de Puliti, esse comportamento emerge cada vez mais como um ato de agendamento da opinião pública, principalmente em períodos de crise.

O agendamento parece resultar também das relações estabelecidas entre fontes e jornalistas. Segundo Puliti, o acesso ao campo jornalístico – por parte de economistas transformados em fontes – é considerado uma conquista entre os agentes detentores de informações nesse campo. No caso do Brasil, a autora atribui a um grupo de economistas renomados e conhecidos cientificamente a influência sobre as pautas diárias. Segundo ela,

³ Disponível em: <http://www.intermodal.com.br/pt/imprensa/releases-ptt/727-alta-do-dolar-favorece-exportacoes-mas-nao-substitui-politica-de-incentivos>.

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/alta-do-dolar-aumenta-movimento-de-exportacoes-no-porto-de-paranagua.html>

eles são responsáveis por municiar os jornalistas com estudos técnicos, seguidos de comentários e interpretações, o que costuma dar credibilidade aos noticiários.

Ainda sob esse aspecto, a autora destaca que existe, por parte dos agentes do mercado, a intenção de criar uma rede de influências que possa chegar à cúpula do governo. Essa rede é formada por academia e imprensa. Para ela, esses indivíduos agem assim porque é nesse nível mais alto do executivo que se decide o conjunto de políticas econômicas, as dinâmicas de comércio exterior, a taxa de juros e as políticas fiscal e monetária. Segundo Steiner (2006 *apud* PULITI, 2013), “os grupos de interesse querem a cooperação dos jornalistas para aparecer, e os jornalistas querem a cooperação dos grupos para ter notícias”.

Esse comportamento está também relacionado a uma necessidade, no âmbito de jornalismo, de creditar autoridade para a fala representada na matéria. É nesse sentido que Puliti aponta que é recorrente, na imprensa, a valorização de economistas que passaram por cargos públicos importantes, tais como a presidência do Banco Central, Secretaria do Tesouro e Ministério da Fazenda. Tanto é assim que muitos economistas que passaram por esses postos – e que agora representam firmas e fundos particulares – ainda são creditados pelos antigos cargos. Puliti explica que essa prática é comum porque, desta forma, agrega-se valor e força a uma declaração.

É dessa maneira que o discurso torna-se quase uníssono. As opiniões variam pouco e isso contribui mais ainda para o desinteresse da população. Por essa ligação com os jornalistas, muitos economistas renomados influenciam nas pautas, definem parâmetros a serem utilizados pelos repórteres e assinam colunas de opinião nos grandes jornais. Essa valorização de fontes econômicas que sustentam seus argumentos em números despejados no cidadão comum (para, na verdade, apenas comprovar um ponto de vista) prejudica a aplicabilidade do jornalismo econômico na vida das pessoas, que, não poucas vezes, preferem se afastar do noticiário. Basile (2011) também alerta para esses casos quando afirma que, se a reportagem tem muitos números e a notícia se perde no meio deles, é bem possível que o leitor se desinteresse por ela. Ao fazer isso, o jornalista se distancia do principal objetivo da profissão, ou seja, traduzir uma mensagem de forma compreensível para o maior número de pessoas.

Para isso é fundamental retomarmos a história da *Folha de S. Paulo*, as mudanças de comando e suas posições em cenários de crises políticas e econômicas no Brasil. Por ser um dos jornais mais influentes e vendidos do Brasil nos últimos 40 anos, torna-se de extrema

importância fazer uma análise das relações entre o Estado brasileiro e as forças da Imprensa e, também, como ambas instituições influem na opinião pública.

3- IMPRENSA E PODER NO BRASIL

Em suas reflexões sobre os interesses políticos da imprensa e das elites brasileiras ao longo da história do país, Aloysio Carvalho (2014) observa que, no Brasil, a opinião pública se forma distanciada dos interesses da população – ao contrário do que se observa em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde a opinião pública reflete, em geral, os interesses do cidadão comum. Esses países, onde a representação dos interesses de diversos grupos da sociedade civil encontrou eco nos parlamentos (e nas páginas dos jornais), em nada se comparam ao Brasil ou ao seu processo de formação dos partidos políticos. Carvalho ressalta, por exemplo, que a opinião pública brasileira em raros momentos conseguiu contaminar os grupos políticos poderosos. Nos países que serviram de inspiração para a Constituição de 1891, grupos sindicais, imprensa, universidades, ligas, comitês e corporações eram apenas alguns dos órgãos com poder de dizer aos governantes reivindicações e aspirações da população.

A cultura da opinião pública é diferente no Brasil, onde os grupos políticos são uma reestruturação das oligarquias rurais, na avaliação de parcela significativa dos cientistas sociais. São muitos os registros históricos de que, na verdade, foram raros os momentos em que a opinião pública brasileira efetivamente pressionou as elites políticas de forma racional e organizada (LIMA, 2001). Episódios nesse sentido só foram constatados nos processos que resultaram na campanha abolicionista, no movimento popular de 7 de abril⁵ e o movimento pela independência.

Igualmente raros são os episódios em que a imprensa brasileira de fato enfrenta os interesses do governo. Carvalho (2014) lembra, por exemplo, da fundação do jornal *Última*

⁵ O movimento começou na França em julho de 1830 e ficou conhecida também como A Revolução das Três Gloriosas. Ele durou três dias nas ruas de Paris e culminou no exílio do último rei da Casa dos Bourbon. O levante foi retratado na obra *Os Miseráveis* de Vitor Hugo. O clima de revolta se alastrou por toda a Europa, logrando a independência Belga da Holanda e insurgindo movimentos de unificação fracassados na Itália e Alemanha. O Imperador Dom Pedro I do Brasil teve de enfrentar obstáculos em Portugal e forte pressão na Colônia, onde o movimento popular de 7 de abril de 1831 culminou com sua abdicação ao trono. Abrindo espaço para o príncipe regente Pedro II de 5 anos.

Hora. Segundo ele, esse episódio configura um momento de embate entre a imprensa privada e o governo federal. O apoio dado ao jornalista Samuel Wainer, então proprietário do jornal, pelo então presidente Getúlio Vargas foi visto pelos demais jornais – *O Globo*, *A Tribuna* e *O Jornal* – como uma intervenção estatal na livre imprensa. O próprio Wainer já revelou que o *Última Hora* foi criado para dar ao governo Vargas a cobertura que mais nenhum jornal da imprensa brasileira se dispunha a dar (WAINER, 2005).

Mais adiante, no governo João Goulart, os principais jornais do país entraram em confronto com setores da sociedade civil que defendiam a Greve Geral de 1962 e o plebiscito de 1963. Vários artigos e editoriais desse período chamavam a atenção para o caráter comunista das mobilizações sociais, para a participação de sindicatos e movimentos estudantis comandados por líderes políticos ligados à esquerda brasileira, como Leonel Brizola, que, em 1980, fundaria do PDT. Esses movimentos acenderam o alerta nas principais redações dos jornais brasileiros. Aloysio Carvalho (2014) analisa essas movimentações dizendo que “os jornais entendiam que a participação dos setores populares, de trabalhadores do campo e da cidade, estimulados por movimentos de esquerda, eram um confronto às tradicionais instituições” (CARVALHO, idem, p.111).

Outro tema que suscitava grande resistência por parte da mídia liberal daquela época era o debate em torno da universalização do direito ao voto para os analfabetos. As críticas dos jornais eram severas. O argumento era o de que, com direito ao voto dado aos semianalfabetos, a Câmara se encheria de “deputados russos”, uma alusão aos parlamentares que professavam ideais de esquerda e comunistas (CARVALHO, 2014, p118).

Imprensa e elites responsabilizavam a população menos escolarizada pelas turbulências políticas vividas nos períodos críticos – algo bem parecido à postura adotada pela grande imprensa e pelas camadas mais endinheiradas da população no final das eleições de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita com pequena margem de votos, derrotando o candidato do PSDB, Aécio Neves. A diferença se deveu, em grande medida, aos eleitores nordestinos, considerados, pelas elites, um segmento populacional constituído de semianalfabetos e analfabetos. Na década de 1960, esse mesmo segmento era acusado de votar mal e, assim, prejudicar o país.

3.1 – As intenções do narrador: as teorias do jornalismo e os dilemas do enquadramento

O histórico de embates travados entre imprensa, elites e as camadas socialmente menos favorecidas da população brasileira remetem às teorias do jornalismo – que tentam explicar os processos de construção da narrativa jornalística, não poucas vezes atravessada pelos interesses econômicos e políticos das empresas de comunicação. O processo, marcado principalmente pelas variadas formas de ver e assimilar um acontecimento (o que a literatura chamará de *framing* ou enquadramento), revela as maneiras como se dão as relações sociais e de classe no Brasil.

Autores como Entman, Matthes e Pellicano, citados por Correia (2011), lembram que há pelo menos quatro níveis diferentes de ocorrência do enquadramento: na cultura, na mente das elites, nos políticos profissionais e, por último, nos textos e na cabeça dos cidadãos. Para eles, a cultura constitui um acervo de *framings* que dão forma aos conteúdos de domínio público. As elites se apropriam desses conteúdos e o transformam, de maneira a propagar seus próprios discursos por meio da imprensa. Os textos midiáticos são, assim, construções de uma rede profissional que percebe a realidade de certa maneira e a transmite de maneira a pautar a opinião pública de acordo com seus interesses e objetivos. O *frame*, na condição de enquadramento, revela as subjetividades contidas na mensagem.

No jornalismo, o enquadramento está no cerne da produção noticiosa diária. Ao relatar uma história, o jornalista recorta a realidade a partir de várias escolhas: o tema a ser abordado, as vozes a serem ouvidas, os elementos a serem empregados e as ponderações que devem ou não ser feitas. O *frame* é, entretanto, diferente do texto persuasivo. Não pretende simplesmente induzir a um determinado pensamento. Na verdade, o *frame* recorre constantemente a palavras-chaves que buscam ativar uma certa interpretação em quem recebe a mensagem. Para Correia (2011), p.53) “os frames desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais e auxiliam o seu utilizador a perceber, localizar e identificar e classificar um número infinito de ocorrências” (CORREIA, idem, p.53).

Sob perspectiva semelhante, Luiz Gonzaga Motta (2007), chama a atenção para o processo de “escolha das vozes como um processo de autenticação da reportagem” (MOTTA, 2007, p.10). O narrador confere, assim, veracidade à história. Ao mesmo tempo, pode dissimular a realidade ao pinçar certos aspectos da fala do entrevistado e deixar de lado outros que poderiam ser igualmente importantes. A subjetividade presente no discurso criado pelo jornalista é encoberto pelas citações que imprimem realidade e transferem ao leitor a sensação

de que os pontos levantados e realçados pelo entrevistador condizem com tudo o que a fonte quis dizer.

No Brasil, a cobertura econômica – a exemplo da cobertura política – é marcada por enquadramentos que obedecem aos interesses daqueles que detêm grande capital, em especial os donos das maiores empresas jornalísticas do país. São empresários que, ao longo da história, caminharam lado a lado com as elites financeiras (SOUZA, 2016). Bom exemplo está na cobertura econômica de grandes jornais como a *Folha de S. Paulo* durante os sucessivos rebaixamentos econômicos sofridos pelo Brasil ao longo do ano de 2015. Nesse trabalho, busca-se analisar os enquadramentos adotados especificamente pela *Folha* durante a cobertura desse assunto – um trabalho que se prolongou por quatro meses.

Para que o estudo seja realizado, no entanto, é essencial, antes, uma discussão acerca das narrativas comumente empregadas pela *Folha* ao longo de sua história, de maneira a compreender melhor o periódico e suas escolhas editoriais, considerando as diversas possibilidades de enquadramento possíveis no jornalismo diário.

3.2 – A *Folha de S. Paulo*: diferentes narrativas para diferentes cenários políticos

A *Folha de S. Paulo* nasceu em 1921 com o nome de *Folha da Tarde*. A iniciativa foi de dois profissionais que trabalhavam no jornal *O Estado de São Paulo*: o redator Olívio Olavo de Olival Costa e Pedro Cunha, que trabalhava no *Estadinho*, publicação vespertina que havia sido fechada com o final da Primeira Guerra Mundial. Numa época em que o rádio ainda não tinha apelo comercial, os jornais eram produzidos em três períodos do dia. A ideia era municiar a população com notícias frescas ao final da tarde, quando os trabalhadores deixavam o serviço e se dirigiam para casa. Na prática, a intenção dos donos dos jornais era suprir o vácuo mercadológico deixado pelo *Estadinho* e transformar a *Folha da Tarde* na publicação preferida desse período do dia.

A sociedade durou até 1929 quando Pedro Cunha saiu do negócio. No ano seguinte, o candidato apoiado pela aristocracia mineira, Getúlio Vargas, acaba sendo derrotado nas eleições presidenciais, pelo paulista Júlio Prestes, candidato que a *Folha da Manhã* julgava ser o mais adequado para assumir (PINTO, 2012). Nos meses seguintes os estados de Minas Gérias, Paraíba e Rio Grande do Sul comandaram uma revolução armada contra o então presidente da república, Washington Luís. Em 24 de Outubro de 1930, os partidários de

Vargas comemoraram o golpe destruindo as redações das publicações amigáveis a Prestes. Em meio a esse clima conflituoso, a redação da *Folha Manhã* foi destruída naquela tarde.

Um ano após o ataque das instalações do jornal, o comerciante de café Octaviano Alves de Lima comprou o que restou das *Folhas da Manhã* e da *Noite*, com o objetivo de unir a classe agrícola. Ele achava que publicações como as *Folhas* poderiam favorecer sua principal atividade, o comércio de café. Uma de suas estratégias era abrir sucursais em cidades do interior do estado de São Paulo e oferecer assinaturas em troca de sacas de café. Quatorze anos depois desiluiu-se com a classe cafeeira e vendeu a empresa para o advogado José Nabantino Ramos, que permaneceu como controlador da *Folha da Manhã S.A.* de 1945 até 1962.

Durante os 17 anos à frente da publicação, Nabantino organizou administrativamente o periódico, concentrou seus esforços na edição matutina, aumentando o número de páginas e enxugando os gastos da *Folha da Noite*. Foi nesse período que o jornal passou a ser conhecido como é atualmente: *Folha de S. Paulo*. Pinto (2012, p.31) lembra ainda que o advogado implantou diversas medidas profissionalizantes como a contratação por concursos, avaliação interna do trabalho, prêmios por desempenho, reuniões para discutir metas e controle de erros e informação, além de lançar, em 1959, o manual de Normas de Trabalho da Divisão de Redação.

Em 1961, em meio à crise econômica experimentada pelos brasileiros, o recém empossado presidente da República, Jânio Quadros, corta o subsídio que barateava o papel de jornal. A situação se agrava com uma greve em massa da classe jornalística e com as dificuldades de acesso ao papel de jornal, por uma decisão do governo de parar de subsidiar o material. Assim, os planos de crescimento de Nabantino não progrediram (PINTO, 2012, p.40). No dia 21 de agosto de 1962, a empresa é vendida ao amigo e empresário Octavio Frias de Oliveira, com outros dois sócios: Carlos Caldeira Filho e Caio de Alcântara Machado. Este último desiste da sociedade pouco tempo depois.

As primeiras ações dos novos proprietários visavam a diminuir o tempo de entrega do jornal no interior e nas cidades fora do estado de São Paulo. Para isso, investiu-se na ampliação da frota de veículos, medida que tornou possível aos assinantes receberem o jornal no mesmo dia em que era publicado. Outras ações se concentraram no aumento da tiragem diária, na disputa de anúncios e na expansão empresarial (PINTO, 2012).

Nos dez anos seguintes, a *Folha de S. Paulo* comprou novas rotativas que possibilitaram a expansão do jornal em vários pontos do país. O grupo adquiriu jornais como o populista *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer, o anticomunista *Notícias Populares* e o recém-inaugurado *Cidade de Santos*, além de assumir a fundação Cásper Líbero, responsável pela publicação da *Gazeta* e da *Gazeta Esportiva*. (PINTO, 2012)

Após a reorganização empresarial, Octavio Frias passou a se dedicar à qualidade do produto. Para trazer credibilidade à publicação, contratou o ex-secretário do *Estado de São Paulo*, Cláudio Abramo, para gerenciar a *Folha*. Junto a ele contratou-se um grupo de jornalistas de esquerda, que gozavam de certa liberdade na cobertura política. No governo João Goulart, por exemplo, o jornal apresentava opiniões variadas sobre a atuação do presidente. O corpo eclético de profissionais dava ao leitor a possibilidade de formar uma ideia própria. Os editoriais, contudo, refletiam as preferências políticas dos donos: frequentemente apontavam críticas direcionadas a Jango. (PINTO, 2012, p.47)

A reformulação do jornalismo na *Folha de S. Paulo* sofreu um revés com o golpe militar de 1964. O novo grupo a serviço do jornal passara a ter tolhida a liberdade de atuação. Apesar de não ter sido tão incisiva na defesa de um possível golpe militar – posição tomada pelo maior concorrente, o *Estado de São Paulo* –, a *Folha* acabou por defender, nos editoriais de abril de 1964, a ideia de que aquele era o melhor caminho para o país. Nesse período, os investimentos em jornalismo foram adiados (PINTO, 2012, p.49)

Algum tempo depois, entretanto, o jornal se aproximou dos movimentos estudantis que faziam oposição ao Regime Militar. Alguns escritores e colunistas, como Frei Betto, aproximavam-se dos movimentos revolucionários e defendiam que o jornal seguisse o mesmo caminho. Em 1968, a cobertura de política da *Folha de S. Paulo* ficou prejudicada com a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5). Nas palavras de Claudio Abramo, “de 1968 até 1972 a *Folha* atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava” (ABRAMO *apud* PINTO, 2012, p.53).

Em 1967, a *Folha da Tarde* seria relançada para concorrer com o *Jornal da Tarde*, do *Estadão*. Com um corpo jornalístico de esquerda e o apoio da *Folha de S. Paulo* aos estudantes, a publicação falhou em cair no gosto do público. Então, em 1969, o controle é passado ao jornalista Antônio Aggio Jr., profissional com intensa ligação com a ditadura. Esta guinada protecionista fez as vendas explodirem.

Nesse período de turbulência o jornal passou a ser criticado por diversos segmentos da sociedade. Ana Estela Pinto (2012, p.54) credita isso ao fato de a publicação não conseguir agradar nem a repressão nem a esquerda. Segundo ela, “de um lado, espiões da ditadura chamavam o jornal de ‘veículo de propaganda do Partido Comunista’, ‘escola de mau jornalismo’, tomada de assalto por integrantes da extrema esquerda. De outro, opositores da ditadura o condenavam por acatar a censura e divulgar as versões do regime” (PINTO, 2012, p.54).

Os proprietários da *Folha de S. Paulo* sempre negaram ligações e serviços prestados aos militares durante os primeiros dez anos de ditadura. No entanto, os sócios tinham boas relações com a cúpula política. Em 1974, Octavio Frias seria chamado para uma conversa com o futuro Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto Silva. Conforme a autora, ele seria anunciado pelo General Ernesto Geisel, que sucederia o General Médici na presidência. Golbery estava trabalhando para que a sucessão saísse de forma tranquila e segura, e para isso, precisaria do apoio de mais um jornal no estado de São Paulo.

Foi então que Octavio Frias passou a conceber o jornal como um produto pertencente a um mercado à parte. Não bastava o negócio sem bem estruturado, nem ter o melhor corpo de profissionais. Era preciso ter uma identidade editorial marcante. Para ele, “a imprensa era um negócio com dimensões intangíveis, difíceis de mensurar, mas traduzidas em conceitos como credibilidade e prestígio. Era isso que atraía a leitura da elite e, com isso, os patrocínios” (FRIAS *apud* PINTO, 2012, p.61).

Essa convicção foi fundamental para que o jornal passasse por uma grande reformulação ainda em 1974. Dez anos depois, a *Folha de S. Paulo* assumiria o posto de periódico mais vendido do país e passaria a figurar como um dos principais jornais do Brasil, e também como um dos mais rentáveis. Nesse momento, a direção da redação fora entregue a Octavio Frias Filho. (PINTO, 2012)

A partir de 1984, com a abertura democrática nos anos seguintes, o jornal daria espaço a articulistas com variados perfis ideológicos. Figuras políticas de destaque na época escreviam para a *Folha*, como, por exemplo, dois futuros presidentes: Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Essa linha plural de ideias serviria para aumentar o prestígio da publicação. O jornal, no entanto, foi criticado por ambos os ex-presidentes durante a década de 1990. Em entrevista concedida ao final de seus dois mandatos, Fernando Henrique chegou a afirmar que “nenhum presidente, talvez só Getúlio, foi alvo de tanta

agressividade de certos setores da mídia como eu. Não se esqueça que a *Folha* fez uma edição de várias páginas com argumentos para o impeachment” (PINTO, idem, p.91). Na ocasião, o ex-presidente tucano comentava a suposta existência do Dossiê Caribe, papéis de autenticidade não comprovada que atribuíam contas bancárias ilícitas a FHC e seus aliados.

Lula, por sua vez, fez duras críticas⁶ aos meios de comunicação pela atenção dada ao escândalo do suposto pagamento de “mesadas” a parlamentares da base aliada, que viria a ser conhecido como “mensalão”. O episódio tornou-se o principal assunto da cobertura jornalística na reta final do primeiro mandato do presidente. A cobertura foi iniciada pela *Revista Veja* em maio de 2005, mas só tomou a magnitude de um escândalo em junho do mesmo ano. Em entrevista para a então editora do Painel da *Folha de S. Paulo*, Renata Lo Prete, o deputado Roberto Jeferson, do PTB, confessava a participação em um esquema de corrupção que pagava dinheiro para agentes políticos de partidos como PT, PMDB, PP, PL e PTB em troca de apoio político no Congresso Nacional.

Nos anos de 2005 e 2006, a *Folha de S. Paulo* publicou um somatório de 2.093 páginas com abordagens inspiradas em temas relacionados ao mensalão (NUNOMURA, 2013). Esse número quase se repetiu no ano de 2012, quando o jornal publicou 2.033 páginas sobre o julgamento da ação penal 470, conhecida como julgamento do mensalão. Nunomura (2013), que analisou essa cobertura, afirma que é “como se o leitor recebesse durante 40 dias seguidos edições do jornal em que o neologismo que marcou o governo Lula fosse citado em todas as páginas” (NUNOMURA, idem, p.5)

O assunto foi destaque até as eleições de 2006, quando houve uma ruptura por parte da mídia tradicional com o Partido dos Trabalhadores (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Apesar de o escândalo ter minado boa parte da aura de que Lula e o PT gozavam – a de ser o partido mais ilibado até então, e de ter colocado a imprensa em total alerta para o que acontecia nos bastidores de Brasília –, Lula foi capaz de vencer as eleições de 2006 e fazer da então ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sua sucessora em 2010.

No decorrer do primeiro mandato de Dilma, o mensalão volta às páginas dos jornais com a aproximação dos julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) entre agosto e dezembro de 2012 (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Na decisão foram condenadas 25 pessoas: o presidente do PT na época que os escândalos vieram à tona, José Genoíno, o ex-

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL978570-5601,00-LULA+CRITICA+IMPRESA+E+DIZ+QUE+SOFREU+COM+CAMPANHA+NA+EPOCA+DO+MENSALAO.html>

ministro da Casa Civil e braço direito do Presidente Lula, José Dirceu, o ex- tesoureiro do PT, Delúbio Soares e a peça central da operacionalização dos desvios de recursos, o publicitário Marcos Valério.

Era Valério o responsável por fazer pagamentos aos políticos que deveriam receber propina. Por meio de suas duas agências de publicidade, ele recebia dinheiro desviado e repassava aos políticos indicados pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo denúncia apresentada pelo do Ministério Público Federal (MPF) em 2007, as ações de Valério começaram na reeleição para o Governo do Estado de Minas Gerais de 1998, no episódio conhecido como “mensalão tucano”.⁷

Em sua análise, Nunomura (2013) observa, ainda, que a *Folha de S. Paulo* era, à época do julgamento do mensalão, o jornal brasileiro com a maior tiragem do país, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Eram quase 300 mil de exemplares por dia. Isso colocava o jornal em forte posição de poder – o que impactava a maneira como um grande números de leitores percebia a situação política do país, influenciando a opinião pública. O autor destaca a coluna da *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo*, Suzana Singer, em 14 de outubro de 2012, em que ela critica a capa de quatros dias dizendo que não há espaços para sensacionalismo na boa prática jornalística. Segundo Nunomura, (2013) Suzana ia mais adiante na crítica à Folha:

A Folha tinha aumentado, extraordinariamente, o corpo habitual da letra de 80 para 174 da manchete. Em vez de usar um título, optou por uma só palavra, “CULPADOS”, e não “condenados”, o que seria correto e não carregaria um juízo moral. E explicitou que o veículo “derrapava” ao “resumir o escândalo do mensalão às figuras de Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Marcos Valério”, deixando de tratá-lo como uma “mácula histórica no governo Lula” (NUNOMURA, 2013 p.2).

Quando iniciou-se o julgamento do mensalão, a *ombudsman* já havia feito o alerta na coluna “Silêncio, o réu vai falar”. Na coluna, ela chama a atenção para o que deveria ser uma cobertura midiática mais condizente com o processo democrático. Para ela, naquele ponto a imprensa toda deveria dar um passo atrás no papel investigativo que teria exposto as práticas obtusas até aquele momento e balizar a cobertura da forma mais transparente possível, sem fazer juízo de valor algum. Singer afirma que algumas práticas não estavam de acordo com o que se esperaria de um jornalismo consciente: “A *Folha* vem tentando manter a isenção. Mas, mesmo assim, no caderno especial de domingo passado, definiu o mensalão como o maior

⁷ Denúncia apresentada ao MPF em 2007. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/brasil/2007/11/22/denuncia_inquerito_n2280.pdf

escândalo de corrupção da história recente do país, o que, além de ser juízo de valor, é bem questionável” (SINGER, 2012, p.A6)

Entender a cobertura política da *Folha de S. Paulo* em relação ao tema aqui proposto – o rebaixamento do índice de confiança no Brasil – é fundamental, pois jornalismo econômico e político andam lado a lado. Indicadores que medem o desempenho da economia podem ser usados como forma de reforçar uma narrativa muitas vezes tendenciosa. Por isso, é importante analisar as maneiras como as notícias são produzidas, especialmente no âmbito do jornalismo econômico.

3.3 – A nota de crédito e a narrativa da crise e do caos

A nota de crédito soberana é feita por agências contratadas pelo sistema financeiro internacional para avaliar a capacidade de uma nação de quitar os investimentos externos. Quanto mais confiável a nota de um país, mais certeza, para o credor, de que ele cumprirá seus compromissos. Os países com as piores notas de avaliação pelas agências de *rating* internacionais têm dificuldade de captar dinheiro no exterior com juros atrativos – e isso também é fato para as empresas brasileiras. As notas indicam que há incertezas rondando a política econômica do país. Isso é o bastante para que o preço da operação e os créditos fiquem mais caros no mercado interno. Não obstante, quem define a taxa básica de juros é o Estado e, se ele não aumenta a taxa quando a nota cai, as instituições financeiras fazem isso por conta própria. Ou seja, o banco dilui o risco ofertando crédito mais caro para os demais clientes – no caso, a população. (SOARES, 2005)

São três as principais agências de avaliação de risco: A Fitch, Moody’s e Standard & Poor’s. No entanto, a nomenclatura dos títulos mudam de uma agência para outra. No quadro 1 pode ser visualizada as escalas adotadas pelas agências mais relevantes.

QUADRO 1 – Escala de Classificação Ratings

	Standard & Poor's	Moody's	Fitch
DE INVESTIMENTO	Aaa	AAA	AAA
	Aa1	AA+	AA+
	Aa2	AA	AA
	Aa3	AA-	AA-
	A1	A+	A+
	A2	A	A
	A3	A-	A-
	Baa1	BBB+	BBB+
	Baa2	BBB	BBB
	Baa3	BBB-	BBB-
GRAU ESPECULATIVO	B1	BB+	BB+
	B2	BB	BB
	B3	BB-	BB-
	Caa1	B+	B+
	Caa2	B	B
	Caa3	B-	B-
	Ca	CCC+	CCC+
	C	CCC	CCC
		CCC-	CCC-
		CC	CC
		C	C
		D	DDD DD D

Fonte: Standard & Poor's, Fitch e Moody's 2017

As notas soberanas do Brasil aumentaram gradativamente desde a implantação do Plano Real⁸. Em dezembro de 1994 o país era B, o 16º nível. O Brasil ascende dois níveis em 1995 e termina a subida em abril 1997, com o grau BB-, o 13º na escala. De janeiro de 1999 até setembro 2004, o país oscilou entre o 13º e 14º níveis. Parte disso se deu devido à crise cambial que acometeu o país entre 1999 e 2002. A partir de fevereiro 2006, depois de uma política austera nos primeiros anos do mandato do presidente Lula e das Lei de Falências de 2005, que deram mais confiança aos investidores, o país subiu os degraus das agências de risco até atingir o menor grau de investimento em abril 2008.

No período mais crítico da crise financeira de 2008, o Brasil ganhou força com a política econômica do presidente Lula e manteve o grau de investimento até 2011, quando foi novamente recompensado e atingiu o 9º degrau da escala. As notas foram mantidas durante o primeiro mandato da presidente Dilma, e só sofreram uma revisão no ano de 2014, quando atingiu a risca entre o grau de investimento e especulativo. No final de 2015 e início de 2016,

⁸Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/veja-o-historico-das-notas-de-credito-do-brasil-pelas-agencias-de-rating.html>

foram sucessivos cortes das três principais agências, retornando às notas pré-crise financeira, ao patamar de 2007. (PEREIRA, 2015)

Todo esse histórico foi noticiado pelos principais jornais do país, entre eles a *Folha de S. Paulo*. Nela, contudo, a cobertura dessas notas se deu a partir de enquadramentos específicos, analisados no próximo capítulo.

4 - ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM ANÁLISE

Na esteira dos acontecimentos turbulentos do início do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, uma notícia chamou a atenção: “Fitch rebaixa nota de crédito do Brasil”⁹. Apesar de a notícia ter sido esperada desde o começo de 2015, apenas no fim do ano as previsões se concretizaram. O agravamento da situação política do país acelerou os rebaixamentos, conforme pronunciamento da agência:

O rebaixamento do Brasil reflete a recessão econômica em grau mais profundo que o anteriormente previsto, a continuidade dos desdobramentos fiscais adversos e a crescente incerteza política que poderão contaminar ainda mais a capacidade de o governo efetivamente implementar medidas fiscais para estabilizar a crescente carga da dívida. A Perspectiva Negativa destaca a continuidade das incertezas e os riscos negativos relacionados aos desdobramentos econômicos, fiscais e políticos. O cenário econômico em deterioração tem aumentando os desafios enfrentados pelas autoridades para determinar medidas corretivas tempestivas de modo a sustentar a confiança e melhorar as perspectivas de crescimento, de consolidação fiscal e de estabilização da dívida do país. (FITCH, 2015)

O período compreendido entre 15 de setembro de 2015 e 16 de fevereiro de 2016 foi marcado por quatro alterações na nota de crédito brasileira. O contexto descrito pela agência no trecho de 16 de dezembro de 2015 joga luz sobre o pensamento do mercado em relação à situação que o Brasil vivia. No entanto, o real significado disso fica perdido para os leigos. A única impressão certa, para aqueles que não sabem interpretar a nota de crédito, é a de que o cenário não é bom.

⁹ Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/10/16/2/>

4.1 – A nota de crédito e o discurso do caos

Para que se tenha consciência do que é descrito pelas agências reguladoras é preciso compreender esse processo. É preciso entender que a nota de crédito é atribuída por agências que prestam serviços terceirizados para agentes financeiros dispostos a fazerem investimentos em economias interna e externa. As principais agências reguladoras são três: a Standard & Poor's Global, a Fitch Ratings e a Moody's Corporation. As três são importantes porque sinalizam, para os Estados Unidos, a vantagem ou desvantagem de se investir o dinheiro dos fundos de pensão norte-americanos em economias em desenvolvimento. Para que um país figure como bom pagador, é preciso que, das três agências, pelo menos duas o classifiquem positivamente.

De acordo com pesquisa¹⁰ feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2015, o fundo de pensão público nacional dos Estados Unidos correspondia a 2,8 trilhões de dólares em investimentos. Segundo o portal de estatísticas¹¹ da OCDE, todos os fundos de pensão norte-americanos eram responsáveis pela alocação de 14,25 trilhões de dólares.

Os fundos de pensão são obrigados pela lei americana a adquirirem papéis que tenham notas de crédito de grau de investimento em pelo menos duas das três principais agências de rating. Por conta do rebaixamento da nota soberana brasileira do dia 16 de dezembro, pela Fitch, o país deixou a classificação de grau de investimento e entrou na categoria de grau especulativo. Com isso, investimentos desses agentes externos deixariam de financiar o governo brasileiro. Nesse contexto, o país se torna mais arriscado para os demais investidores, ocasionando um aumento de juros por parte do governo buscando compensar o maior risco que o país apresenta.

No entanto, os fundos continuam comprando títulos da dívida pública brasileira. Segundo o professor de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto Francisco Horácio de Oliveira, muitos bancos dissolvem os títulos do governo em pacotes que possuem uma

¹⁰ Pesquisa levanta as tendências da alocação de ativos dos fundos de pensão mais relevantes. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/private-pensions/2015-Large-Pension-Funds-Survey.pdf>

¹¹ Gráfico que mostra o crescimento da quantidade de alocação de ativos dos fundos de pensão norte-americanos ao longo de 15 anos. Disponível em: <https://data.oecd.org/pension/pension-funds-assets.htm>

variedade de ativos – e que são ofertados aos mesmos fundos que não os podem comprar. O investimento nesse caso passa a ser indireto, e não direto.

Quando a classificação de risco do país piora o Banco Central, instituição controlada pelo governo que determina a taxa básica de juros da economia, a Selic, tem duas opções: baixar ou subir as taxas praticadas.

Embora o Brasil tenha experimentado o rebaixamento das notas de crédito no ano de 2015, a taxa de juros se manteve em 14,25% durante todo o segundo semestre. Não houve nenhuma tendência de mudança da Selic após os anúncios dos rebaixamentos sofridos pela economia brasileira. Estudioso do campo da economia, Francisco Horácio Pereira de Oliveira¹² observa que esse quadro evidencia que os juros praticados pelo governo não aumentam, mas os produtos oferecidos pelos bancos se tornam mais caros para os demais clientes, a população. Essa prática serve para contrabalançar os riscos que agora os bancos correm ao emprestar dinheiro para o Estado. A taxa Selic só saiu desse patamar um ano depois, em agosto de 2016.

O primeiro ano de mandato se mostra complicado, com índices desanimadores e previsões do mercado que sinalizam para o encolhimento do PIB. Os indicadores se deterioraram no decorrer do ano. No começo de dezembro de 2015 todas as previsões haviam falhado: o recuo dos investimentos foi maior e o PIB caiu 3,06%. Havia ainda o temor de que a inflação alcançasse, pela primeira vez em 13 anos, um valor superior a dois dígitos. Jornalistas que acompanharam o processo, como Luís Nassif (2015), registraram, na ocasião, que os principais fatores para a perda do grau de investimento foram o déficit orçamentário apresentado pelo executivo para aprovação do congresso e as complicações e turbulências políticas resultantes dos desdobramentos da operação Lava Jato.

4.2 – Estratégias discursivas para desestabilização do governo Dilma

Nesse contexto complicado, qualquer notícia negativa vinda do exterior ou dos desdobramentos da operação Lava Jato tornavam-se bombas para a administração de Dilma Rousseff. Fato é que, talvez por se revelar uma questão difícil de ser compreendida, as notas de crédito acabaram não tendo grande impacto sobre a opinião pública. As operações de

¹² Entrevista concedida em 22 de outubro de 2016, no campus do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto.

combate à corrupção, o envolvimento de políticos em operações de desvio de dinheiro público e as delações de empresários sempre tomaram mais espaço nos jornais.

Os rebaixamentos das notas de crédito serviram, entretanto, como um incentivo para o aumento da pressão da oposição contra o governo de Rousseff. O governo reagia lembrando recentes falhas das agências. Na crise de 2008, dias antes da falência do gigante financeiro Lehman Brothers, por exemplo, a agência de risco Standard & Poor's subiu a nota do banco de AA+ para AAA, a classificação mais segura que ela dispunha. O resultado foi desastroso. Logo depois as maiores instituições hipotecárias dos EUA, Fannie Mae e Freddie Mac¹³, seguiram o mesmo caminho do banco. O líder do governo no Senado à época do rebaixamento, o senador Delcídio do Amaral, concedeu entrevista¹⁴ lembrando esses fatos.

As acusações de que o governo Dilma cometia crimes de responsabilidade fiscal e escondia déficits econômicos também pautavam boa parte das coberturas política e econômica da época. As notícias das notas de crédito também serviam a essas narrativas. A oposição atribuía toda a crise às políticas econômicas praticadas pelos governos petistas. Em meio a este clima político beligerante, o governo acusava a oposição de utilizar esse tipo de notícia negativa para emplacar derrotas na Câmara dos Deputados e no Senado.¹⁵

4.3 – *Folha de S. Paulo*: a narrativa da crise e do medo

As coberturas do rebaixamento nas edições impressas da *Folha de S. Paulo* no mês de dezembro de 2015, recorte proposto por este trabalho, servem a essa narrativa de crise que se desenhou durante todo o primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma. A análise dessa cobertura foi feita a partir da construção de um quadro com oito colunas, contendo os

¹³ Fannie Mae (Federal National Mortgage Association) e Freddie Mac (Federal Home Loan Mortgage Corporation) são duas empresas que operam no mercado secundário de hipotecas. A função das duas seguradoras era comprar e vender contratos de empréstimo firmado pelos bancos norte-americanos. Essa prática buscava dar liquidez e mais segurança ao mercado de hipotecas. Em 1995, pressionadas pela administração do presidente Bill Clinton, as seguradoras passaram a comercializar os contratos de subprimes - que são empréstimos concedidos a clientes de baixa renda e com pouca ou nenhuma garantia de ressarcimento. A desenfreada comercialização desses títulos e os gigantescos lucros obtidos criaram a bolha imobiliária que deu início à crise dos subprimes de 2008

¹⁴ Episódio em que o então líder do PT no senado, Senador Delcídio do Amaral, lembra os erros que as agências de Rating cometeram na proximidade da crise mundial de 2008. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/brasil-perde-grau-de-investimento-e-tem-nota-de-credito-rebaixada-45201/>

¹⁵ A reportagem joga luz sobre o comportamento das forças de oposição e situação após o anuncio do rebaixamento da nota soberana. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/nota-de-credito-rebaixada-pela-fitch-gera-troca-de-acusacoes-em-brasilia.html>

seguintes elementos: posição que cada matéria analisada ocupava na página do jornal; o destaque (ênfase) de cada matéria; as imagens utilizadas; as fontes procuradas; a adjetivação como estratégia discursiva; os destaques dado às falas de cada fonte. Além disso, o quadro contém ainda a data em que foram publicadas as matérias, os títulos de cada texto e a página da edição.

Do dia 1º de dezembro até o dia 19, a crise brasileira era corriqueiramente associada à queda da nota soberana do país. Eram alertas quase diários de economistas e das próprias agências de risco. Nesse período, a *Folha de S. Paulo* publicou 19 matérias relacionadas diretamente ao tema. O que mais impressiona é a quantidade de reportagens que não dispunham de fontes: seis no total. Notícias derivadas de releases e pronunciamentos das agências foram especialmente valorizados. No período analisado, a única matéria publicada com fontes apelou para as fontes em off – e foi capa do caderno *Mercado* do dia 6 de dezembro com o seguinte título: “Planalto quer focar economia para combater impeachment”. Com forte cunho político, a reportagem descortinava possíveis rachas na relação entre a equipe econômica do Ministério da Fazenda e a então presidente Dilma.

Matéria veiculada no dia 11 de dezembro, intitulada “Levy avisa que deixa cargo se meta fiscal cair”, também apresentava poucas fontes diretas. A narrativa se baseava no pronunciamento do então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, na Comissão de Assuntos Orçamentários. Na ocasião, disse que a situação do país ficaria complicada caso o Congresso não aprovasse o superávit para 2016. Além da fala do ministro, havia apenas uma declaração do então líder do PMDB no Senado, Senador Romero Jucá, dizendo que seria irresponsabilidade do Legislativo aprovar um orçamento que o Executivo não seria capaz de cumprir.

No dia seguinte, uma nova reportagem com declarações de Levy dizia o contrário, que ele havia sido mal interpretado em seu discurso. No entanto, a *Folha* faz um levantamento, em forma de infográfico, das medidas defendidas por Levy e que contradiziam as decisões tomadas pela presidente Dilma. A presidente e o ministro divergiram sobre a redução do superávit de 2015, sobre a recriação da CPMF, sobre o 13º dos aposentados e sobre a meta fiscal para 2016.

Esse episódio repercutiu até o dia 15 de dezembro, quando o superávit orçamentário seria apresentado com valores abaixo do que defendia Levy. O motivo estava na emenda apresentada pelo deputado Paulo Pimenta, então líder do PT na Comissão de Orçamento. O

deputado argumentou que o corte seria feito no Bolsa Família. A reportagem reforça as publicações anteriores, centradas na contrariedade do ministro da Fazenda, já aborrecido por não conseguir aplicar as medidas que julgava necessárias. Sem apresentar fontes, os jornalistas atribuem a interlocutores a consternação de Levy.

A presença de fontes especializadas do mercado financeiro foi observada em cinco reportagens dentro da amostra. Uma foi veiculada na data em que o anúncio foi feito, duas no dia seguinte, quando a *Folha* repercutiu a confirmação do rebaixamento, e outras duas no começo do mês de dezembro de 2015. Em nenhuma dessas reportagens o discurso das fontes é feito em tom moderado. Outro detalhe é que não existem, nas matérias, o discurso plural. Os economistas selecionados pela *Folha* como fontes de informação possuem, todos, a mesma opinião, contrariando o próprio Manual de Redação da *Folha de S. Paulo*:

A um texto noticioso mais flexível deve corresponder um domínio superior do idioma, bem como redobrada vigilância quanto à verificação prévia das informações, à precisão e inteireza dos relatos, à sustentação das análises e à isenção necessária para assegurar o acesso do leitor aos diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos (MANUAL FOLHA DE S.PAULO, 2015, p.17)

É possível observar, no entanto, uma mudança de abordagem quando a *Fitch Ratings* confirma a queda brasileira. Os economistas ouvidos na reportagem de título “Única surpresa para o mercado foi a data de decisão da Fitch” disseram que, apesar do anúncio, os prejuízos já haviam sido absorvidos pela economia brasileira.

Nessa cobertura, há duas matérias com economistas renomados. As entrevistas, ao estilo pingue-pongue, trazem previsões de vozes fortes do mercado sobre o futuro econômico do Brasil. Entre eles, uma economista da *Fitch Ratings* que explica os parâmetros de análise que a agência tomaria após o anúncio do rebaixamento da nota brasileira. Esse material remete à análise de Paula Puliti (2012), que mostra como a classe econômica dominante precisa, no campo da imprensa, de uma rede de colaboradores para impor sua visão ideológica. Segundo a autora, as notícias de jornais e os instrumentos técnicos são fundamentais para criar a credibilidade necessária para influenciar agentes econômicos importantes e membros do governo também.

A edição do dia 17 de dezembro marcou a cobertura do rebaixamento da nota soberana, anunciada um dia antes. O caderno *Mercado* abordou exclusivamente a crise

econômica em que o Brasil parecia se adentrar após o anúncio. Era de se esperar que, após as notícias de queda do grau de investimento, o jornal aumentasse as abordagens sobre a crise. Mas as notas de crédito desaparecem dessa data em diante.

No dia 18 de dezembro, o então ministro da Fazenda pede demissão do governo federal sob o argumento de que havia entrado no começo do ano de 2015 com o intuito de evitar aquele estado em que a economia se encontrara em dezembro. A partir dessa data, as notas soberanas são citadas apenas uma vez mais, na retrospectiva feita sobre o período em que Joaquim Levy esteve à frente da política econômica do governo Dilma. Aqui, nota-se que a crise das notas de crédito é sobreposta por uma outra crise: a do desmantelamento da equipe econômica.

Ao longo de toda a cobertura aqui analisada, uma variedade de adjetivos e substantivos com cargas negativas foram usados para descrever a realidade e as dificuldades que o governo enfrentava. As palavras ‘desastre’, ‘instabilidade’, ‘rápida deterioração’, ‘cenário imprevisível’, ‘instável’, ‘volátil’ são exemplos de alguns dos vocábulos utilizados para qualificar o momento econômico brasileiro. O governo, por sua vez, era classificado como ‘incompetente em reorganizar as contas’, a equipe econômica ‘pessimista’ com o cenário. Os especialistas chegavam a comparar o desempenho da economia brasileira com aquele já observado nos países em guerra.

O destaque dado pela *Folha de S. Paulo* às pautas relacionadas à crise das notas soberanas do Brasil foi grande. Em três ocasiões, essas reportagens foram capas da editoria Mercado. Das 19 matérias publicadas, 11 tiveram destaque, ocupando o alto da página e grande espaço na publicação. A reportagem intitulada “Única surpresa para o mercado foi a data de decisão da Fitch”, por exemplo, ocupou a página inteira do caderno. Em outras edições, as reportagens tomaram o espaço de meia página ou até 2/3 de uma página – caso da matéria intitulada “Moody’s ameaça rebaixar Brasil após piora econômica e política” e “Barbosa assume Fazenda e diz que manterá ajuste fiscal”, respectivamente.

A *Folha de S. Paulo* muda o foco e deixa de dar atenção às notas de crédito após a saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O jornal passa a dar ênfase às articulações para um possível impeachment da presidente. Esse assunto ganha força e a crise de crédito, que virou uma crise ministerial, “gestaria” nas páginas da *Folha* para se transformar, posteriormente, em uma crise de isolamento político e debandada da base aliada.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, fica a impressão de que a forma como a imprensa trata assuntos relativos ao mercado financeiro é ditada pelo próprio mercado. Muitas reportagens ligadas à editoria de Economia têm origem no mercado e poucas influenciam o cotidiano do cidadão comum. Este trabalho demonstra isso. As reportagens são enviesadas. O mercado fala por meio de seus agentes: economistas-chefes de grandes bancos, analistas das grandes agências de crédito, ex-presidentes do Banco Central do Brasil ou ex-ministros. Pouco se vê das versões do governo e, quando elas aparecem, isso se dá de maneira tímida. E, como demonstra o quadro analítico que fundamenta parte da discussão aqui proposta, nota-se ainda pouca diversidade de fontes.

Olhar, de forma distanciada, para esse curto período da história recente do Brasil é uma forma de entender um pouco melhor as raízes do país. Os jornalistas e historiadores fazem um trabalho similar. Uns escrevem o presente e narram o desenrolar das histórias, os outros reconstróem o passado; mas ambos têm os mesmos problemas: objetividade, narrativa, enquadramento, cada um à sua maneira.

Seria inocência pensar que empresas jornalísticas não são pautadas por interesses. O mito da imparcialidade ainda é forte no imaginário da população. Os jornais ainda se deixam embalar pela ideia da credibilidade advinda de uma aura supostamente neutra. Nos Estados Unidos há uma temporada anterior ao início da corrida presidencial em que os meios de comunicações se posicionam a favor de um ou outro candidato. No Brasil, sabe-se bem quem são os preferidos da mídia, apesar de muitas publicações ainda se esconderem atrás do mito da isenção.

A *Folha de S. Paulo* tem um viés mercadológico muito forte. Dos quatro grandes proprietários do veículo, responsáveis pela publicação em seus 96 anos de existência, três eram grandes empresários da elite paulistana. Apenas os fundadores são a exceção nesse grupo. Talvez por isso as fontes apresentadas nas matérias do caderno de Economia sejam tão pouco plurais, contribuindo para o distanciamento entre a prática efetiva e as normas estabelecidas pelos manuais de redação para a produção de bom jornalismo.

Um exame minucioso das publicações da editoria de Economia da Folha revela como o discurso é o mesmo em todas as matérias, como não há uma voz sequer que contradiga as

vozes do mercado. Do ponto de vista jornalístico, muitos outros economistas seriam capazes de opinar nas matérias sobre as notas de crédito, por exemplo. Pesquisadores de grandes institutos, professores acadêmicos, técnicos do próprio governo federal. A presença de pelo menos um grupo desses supracitados já transformariam as reportagens, dando mais solidez ao que se espera de uma matéria mais plural.

Esse é um aspecto importante na cobertura jornalística que tem, por tema, as avaliações das agências de risco sobre o cenário econômico brasileiro. São avaliações importantes para se refletir sobre os rumos da economia e levantar o debate acerca de quais novas estratégias políticas fariam mais sentido. Mas esse trabalho indica que a cobertura foi insatisfatória do ponto de vista daquilo que se tem como bom jornalismo, isto é, das abordagens marcadas pela transparência, pela honestidade no processo de cobertura, pela diversidade e variedade de fonte, de acordo com os manuais de redação. No caso em análise neste estudo, a grande incidência de reportagens baseadas em releases, por exemplo, preocupa. Um jornal da magnitude da *Folha* erra ao escrever matérias originárias das assessorias de imprensa das grandes agências de risco, sem a menor preocupação em trazer vozes dissonantes para contra-argumentar e discutir o cenário descrito.

Alguns questionamentos despontam após a conclusão deste trabalho: como a credibilidade do mercado atingiu níveis tão altos no século XXI? Como a pressão pela “instantaneidade” da notícia ainda afeta o processo produtivo nos jornais de maior tiragem? Será que o fato de os jornalistas aceitarem de pronto os fatos propagados pelas agências de risco diz alguma coisa sobre a rotina nas redações? Esses jornalistas compartilham da visão dessas agências? E como o leitor vê isso tudo? Como coberturas como essas são capazes de manipular a opinião pública? Como se dá esse processo?

Herman & Chomsky já discutiam, em tempos de guerra fria, a batalha midiática que envolvia os ideais do capitalismo de um lado, e do comunismo de outro. E como isso afetava as produções dos *media*. Talvez parte da resposta esteja aí. Com a falha do sistema comunista, o capitalismo reinou soberano desde a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Nos últimos 25 anos, a discussão de sistemas socioeconômicos ficou reclusa aos bancos da academia, em vez de fazer parte das páginas de jornais.

Apesar de ainda deter a credibilidade conferida pela opinião pública, a *Folha de S. Paulo* experimentou, nesse período, transformações no mercado da comunicação. A internet e

as redes sociais impuseram mais pressão sobre os jornalistas, que agora – mais que nunca – têm seu trabalho sob escrutínio.

A literatura registra que a análise da mídia e da cobertura jornalística são importantes para o bom funcionamento da democracia. No século XX, a imprensa era a única grande forma de vigilância (ancorada nos interesses do cidadão comum) que o Estado deveria enfrentar. Mas muitas vezes os jornais se moviam unicamente conforme interesses específicos, sejam políticos, econômicos ou ideológicos. Isso ainda acontece, mas é fato que a tecnologia deu poder ao cidadão comum de participar mais efetivamente das discussões, especialmente nas redes sociais. Hoje, a mídia tradicional – e, portanto, também a *Folha de S. Paulo* – não fala sozinha.

Este trabalho foi produzido com a intenção de desatar os nós da versão mercadológica de algumas reportagens de economia. O discurso onipresente do mercado financeiro incomoda, não pelo conteúdo ou ideologia carregada nele, mas por um fato que qualquer bom observador pode notar: a falta de diversidade de pontos de vista que tem marcado a cobertura econômica na grande imprensa.

Por se tratar de matérias originadas pelas agências de classificação de rating, é natural que elas tenham mais espaço no noticiário. O alto grau de especialização que esse assunto demanda transfere o foco para a visão das avaliadoras. O jornalismo da *Folha* reporta isso tudo de uma forma pouco democrática. A influência do mercado financeiro se mostra muito forte quando o assunto é nota soberana brasileira.

O ponto aqui não é ser contra a *Folha de S. Paulo* nem contra o capitalismo de mercado, mas contribuir para discussão do fazer jornalístico de qualidade. A intenção deste trabalho é provocar reflexões sobre a necessidade de um conteúdo jornalístico mais comprometido com a pluralidade de ideias. Pensar criticamente a sociedade em que se vive deveria ser o principal objetivo da escola e da universidade. E este trabalho deve ser visto como tal. Uma tentativa de pensar criticamente a imprensa e a sociedade.

6 – REFERÊNCIAS

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. **A parte que me cabe nesse julgamento:** a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto, 2014, p. 204-218. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/op/v20n2/0104-6276-op-20-02-00204.pdf>.

BRASIL perde grau de investimento e tem nota de crédito rebaixada. Jornal Opção, 2015. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/brasil-perde-grau-de-investimento-e-tem-nota-de-credito-rebaixada-45201/>

BRESCIANI, Eduardo. Lula critica imprensa e diz que sofreu com campanha na época do mensalão. **G1.com**, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL978570-5601,00-LULA+CRITICA+IMPRESA+E+DIZ+QUE+SOFREU+COM+CAMPANHA+NA+EPOCA+A+DO+MENSALAO.html>

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias.** Covilhã: Labcom Livros, 2011. 226p.

FITCH RATINGS INC. **Fitch Rebaixa Rating do brasil para ‘BB+’; perspectiva negativa.** Nova York, 2015.

HERMAN, Edward & CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público:** política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MACHADO, Renata Moraes; MORENO, Roberto. **Ratings Soberanos do Brasil:** um estudo sobre os impactos de suas mudanças sobre o spread do c-bond. Rio de Janeiro, 2005. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político.** São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga (2007). **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística.** In: LAGO, C; BENETTI, M. (Org.). Metodologia da Pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes. P.143-167.

NASSIF, Luís. **Grau de Investimento:** entenda o que significa o rebaixamento do Brasil. Portal EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/09/grau-de-investimento-entenda-o-que-significa-o-rebaixamento-do-brasil>, dia 9 de Setembro de 2015.

NOTA de crédito rebaixada pela Fitch gera troca de acusações em Brasília. **G1.com/Jornal Nacional**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/nota-de-credito-rebaixada-pela-fitch-gera-troca-de-acusacoes-em-brasilia.html>

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso**: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.27.2012.tde-18122012-125216. Acesso em: 2017-01-27.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Annual Survey of Large Pension Funds and Public Pension Reserve Funds**: Gestão 2014/2015. Paris, 2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Pension Funds Assets**. Gestão: 2014/2015. Paris, 2015 doi: 10.1787/d66f4f9f-en (Accessed on 20 March 2017)

PULITI, Paula. **O juro da Notícia**: Jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro. Florianópolis: Insular, 2013. 248p. :il

SILVA, Carlos Eduardo Lins da et al. **Manual da redação**: Folha de S. Paulo. 20ªed. – São Paulo: Publifolha, 2015.

SINGER, S. Silêncio, o réu vai falar. **Folha de S. Paulo**. p.A6, 14 de outubro 2012.

SOUSA, João Pedro. **Elementos do Jornalismo Impresso**. Porto: Letras Contemporaneas, 2005. 542p.

[SOUZA, Antonio Fernando Barros e Silva de., Procurador Geral da República. Denúncia., Ministério Público Federal, 20 de novembro de 2007.](#) Acessado em: dia 14 de março de 2017. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/brasil/2007/11/22/denuncia_inquerito_n2280.pdf

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa Casa da Palavra, 2016.

SOWELL, Thomas - **Basic Economics**: a Common Sense Guide to the Economy. Nova Iorque: Basic Books, 2011. 653p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a Tribo Jornalística Vol 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VEJA o histórico das notas de crédito do Brasil pelas agências de rating. G1.com, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/veja-o-historico-das-notas-de-credito-do-brasil-pelas-agencias-de-rating.html>

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

APÊNDICE – Quadro de análise

Título da matéria	Edição n°	Manchete do caderno	Posição na página	Foto	Lead (ênfase)	Adjetivos	Falas das fontes
Empresas e países têm corrida de perda de selo de bom pagador	03/12	Sócios do BTG tiram Esteves do comando	Pouco destaque. Na parte inferior da p.A5	Não há	Chama a atenção para as dificuldades que a economia global enfrenta e cita o Brasil como um dos principais responsáveis por isso	Deterioração da economia global a patamares próximos aos da crise de 2008.	Não há; Baseia-se em relatório da agência de Rating Standard & Poor's
Bolsa deixa Euforia de lado e fecha em queda	05/12	Sócios da Sete Brasil prepara ofensivas contra a Petrobras	Pouco destaque. Na parte inferior da p. A27	Não há	Descreve como foi o dia anterior na Bolsa de Valores de São Paulo, no qual os investidores deixaram a euforia de lado com a notícia do possível impeachment de Dilma Roussef devido ao tempo que levaria a ocorrer.	Temores de uma longa disputa política; piora nas perspectivas de curto prazo no país; novas dificuldades para fazer o ajuste fiscal.	Não há;

Título da matéria	Edição n°	Manchete do caderno	Posição na página	Foto	Lead (ênfase)	Adjetivos	Falas das fontes
Planalto quer focar economia para combater impeachment	06/12	Planalto quer focar economia para combater impeachment	Muito destaque. Manchet e principal do caderno.	Não há	Aponta a necessidade da presidente Dilma de ter que enfrentar dois grandes problemas que se conectam: Lutar contra o Impeachment e recuperar a economia. O segundo, seria fundamental para arrefecer o ímpeto do primeiro.	Debilidade econômica como combustível para o impedimento ; recuperação rápida no curto prazo é impossível; Cenário econômico se deteriorando mais rápido que o previsto.	Muitas fontes, no entanto todas em off; Assessores do palácio denunciam racha na equipe econômica.
Planalto quer focar economia para combater impeachment	06/12	Economistas não previram desastre de 2015	Parte inferior p.2	Infográfico das projeções no começo do ano e ao decorrer dele.	A recessão se mostrou pior do que os economistas esperavam, os mais pessimistas previam retração de 1% no começo do ano e não 3,09% como aferido em dezembro.	Desastre no título da matéria; Péssimos resultados; recessão grave; incapacidade do governo de arrumar as contas públicas; a balança comercial é o indicador que pode vir melhor que o esperado, mas pelos motivos errados;	Economistas concordam que o governo foi incapaz de colocar as contas em ordem; Sérgio Vale, Mb associados destacou a inoperância do governo; Thaís Zara, Rosenberg associados, As pedaladas foram muito maiores; e Zeina Latif, XP investimentos , atribui a perda do grau à má política econômica.

Título da matéria	Edição n°	Manchete do caderno	Posição na página	Foto	Lead (ênfase)	Adjetivos	Falas das fontes
País vive recessão sem precedentes, diz economista do BofA Merrill & Lynch	09/12	Indústria de São Paulo recua ao nível de 2004	Bem destacada, topo da página.	Foto da fonte	Contextualiza o cenário atual como uma crise nunca antes vista, nas palavras da fonte.	Instável, Volátil,	Só uma: David Beker, economista-chefe do Merrill & Lynch. Afirma que não muito tarde as agências Moody's e Fitch rebaixariam a Nota Brasileira
Moody's Ameaça rebaixar Brasil após piora econômica e política	10/12	Moody's Ameaça rebaixar Brasil após piora econômica e política	Destaque da primeira página do caderno: A15	Infográfico que explica como funciona a classificação das notas de crédito do país; Infográfico variações do PIB;	Chama atenção ao comunicado da agência de risco Moody's, que colocava o Brasil com perspectiva de baixa para os próximos 90 dias;	Rápida deterioração; piora;	Fitch Ratings por meio de nota;
Governo teme que Fitch rebaixe Brasil até janeiro	10/12	Moody's Ameaça rebaixar Brasil após piora econômica e política	Destaque da terceira página do caderno; Topo da p. A17	Então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e boneco de 3 diferentes economistas;	Chama atenção de que, apesar de a Moody's ter colocado perspectiva de baixa, quem estaria prestes a rebaixar a nota brasileira era a Fitch.	O governo esperava melhorar as contas, mas a situação se deteriorou; risco elevado de rebaixamento; A equipe econômica está pessimista;	Zeina Latif, XP Investimentos, compara a economia brasileira com países em guerra; Jason Vieira, Infinit Asset, concorda dizendo que seria irresponsável caso a nota fosse mantida; José Francisco Lima, Banco Fator, tudo está ligado à iminência do impeachment

Título da matéria	Edição o nº	Manchet e do caderno	Posição na página	Foto	Lead (ênfase)	Adjetivos	Falas das fontes
Levy Avisa que deixa cargo se meta fiscal cair* (repercut e no dia 12/12 o Ministro desmentind o essa afirmação, o assunto volta à pauta em 15/12)	11/12	Levy Avisa que deixa cargo se meta fiscal cair	Muito destaque: matéria principal do caderno.	Ministro Levy num púlpito discursando.	Aponta a ameaça do Ministro de que, se não fosse aprovada uma meta com superávit para 2016, ele deixaria o cargo.	O governo deveria evitar vender previsões irrealistas, Romero Jucá;	Ministro Levy ameaça deixar o cargo caso a Comissão de Assuntos Orçamentários não votasse superávit para 2016; Senador Romero Jucá critica o fato de aprovar um orçamento que o governo não teria condições de cumprir.
Governo propõe meta fiscal menor e pode até zerá-la ano que vem	16/12	Governo propõe meta fiscal menos e pode até zerá-la ano que vem	matéria principal do caderno	Infográfico dos resultados da balança comercial desde 1997.	Confirma a proposta da presidente de abaixar a meta fiscal para 2016.	Dessa forma o superávit seria equivalente a 0 em 2016; A base defendia uma meta menor num momento delicado de discussão do impeachment ; Assessores de Levy dizem que ele trabalha normalmente; Levy: inconvenient e e um equívoco achar que a meta deve ser reduzida do bolsa família;	Falas de Levy quando assumiu o ministério, do dia 11/12 quando desmentiu a saída da pasta e do dia anterior, criticando a proposta de reduzir a meta fiscal para proteger o bolsa família.

Título	Edição	Manchete	Posição	Foto	Lead	Adjetivos	Falas das
---------------	---------------	-----------------	----------------	-------------	-------------	------------------	------------------

da matéria	nº	do caderno	na página		(ênfase)		fontes
EUA decidem juros, mas cenário interno é o que preocupa no Brasil	16/12	Governo propõe meta fiscal menos e pode até zerá-la ano que vem	p. A18, destaque moderado, grande mas na parte de baixo	Retratos de 3 economistas entrevistados	Usa como gancho a possível rara elevação de juros nos EUA; mais à frente no texto, diz que a preocupação fica mesmo com o desenrolar do contexto brasileiro.	Um processo de impeachment lento que prejudica a execução de medida que ajudam a tirar o país da recessão;	Nilson Teixeira, Credit Suisse, Alta do Fed importa menos que cenário interno; Luis Stuhlberger, Verdi Asset, Rebaixamento [nota soberana] e impeachment e jogam contra o Brasil; Otávio Barros, Bradesco, questões domésticas são mais relevante; José Mauro Dellela, Santander, A alta do Fed não é significamente prejudicial para os emergentes;
Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Destaque do dia. pA18	Não há.	Confirma a perda de grau de investimento pela agência Fitch anunciado no dia anterior;	Dificuldade crescente do governo em estabilizar a dívida pública; Duas agências consideram o país arriscado; empresas brasileiras são investimentos de maior risco; crise aguda.	Não há;

Título da	Ediçã	Manchet	Posição	Foto	Lead	Adjetivos	Falas das
-----------	-------	---------	---------	------	------	-----------	-----------

matéria	o n°	e do caderno	na página		(ênfase)		fontes
Histórico mostra que retomada do grau de investimento costuma demorar	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Pouco destaque, parte de baixo da p. A22	Infográfico comparand o países que perderam o grau de um lado e	Bate o martelo com relação à recuperação do grau de investimento, diz que será demorado e não acontecerá no governo Dilma;	Longo processo de recuperação; o cenário torna improvável que se compare à retomada da Coreia do Sul; perspectiva da nota permanece negativa;	Não há
Única surpresa para o mercado foi a data da decisão da Fitch	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Única reportagem da página; Grande destaque;	Não há;	Comenta o óbvio: todos no mercado sabiam que o rebaixamento aconteceria;	Fragilidade relevante nas contas externas; economia frágil, segundo Zeina Latif; crédito mais caro para empresas;	Marco Maciel, Bloomberg; Canido Bracher, Itaú;; Ilan Goldfajn, Itaú, Zeina Latif, XP Investimentos ;; Joaquim Levy, Ministro da fazenda.; Robson Andrade, CNI
Decisões de investimentos devem ser adiadas	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Pouco destaque, parte de baixo da p. A24	Foto do empresário Lawrence Pih, tamanho de duas colunas	Empresários e banqueiros dizem que a queda da nota de crédito do Brasil interferirá nos investimentos.	Novos investimentos serão feitos levando em conta a deterioração dos preços;	Lawrence Pih, empresário, Marco Antonio Bologna, Banco Fator, diz que o momento é complexo; e Ricardo Lacerda, BR-Partners diz que se o ritmo for mantido o estado da economia é irreversível.

Título da matéria	Edição n°	Manchete do caderno	Posição na página	Foto	Lead (ênfase)	Adjetivos	Falas das fontes
--------------------------	------------------	----------------------------	--------------------------	-------------	----------------------	------------------	-------------------------

Fitch projeta déficit de 1% no PIB para 2016	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Destacada no alto da p.A25	Não há	O tom dado é uma contextualização do que virá a ser a prática adotada pelas agências de rating dali para frente. A matéria é uma entrevista coma Diretora Sênior de Ratings soberanos da agência de risco Fitch, Shelly Shetty.	Cenário deteriorando de forma rápida; situação bastante dinâmica sob ponto de vista negativo; reduzir capacidade do governo de tomar medidas necessárias; esses rebaixamentos só trazem mais incertezas; resultado negativo; projeções para níveis bem mais baixos;	Shelly Shetty;
Dólar e bolsa reagem de forma moderada ao anúncio de agência	17/12	Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida	Pouco destaque; parte de baixo da p.A25	Infográfico com o histórico de notas de crédito do Brasil desde 2000	Dólar disparou por conta da tensão vivida pelo mercado com a possível saída de Joaquim Levy e, agora, com o rebaixamento da nota brasileira;	Aumento dos juros; queda do principal índice; dólar subiu em relação às moedas dos emergentes; maior valor desde outubro daquele ano;	Não há;
Tempo saberá mostrar os resultados	19/12	Barbosa assume Fazenda e diz que manterá ajuste fiscal	Destacada, toma 2/3 da p. A25	Foto de Levy se despedindo	Levy alerta para risco de retrocesso caso o governo não corte gastos Queda do grau entra como um acontecimento na linha do tempo que levaram à saída de Levy		Não há

ANEXO - Reportagens analisadas

Empresas e países têm corrida de perda de selo de bom pagador

S&P realizou 53 rebaixamentos para grau especulativo, o pior novembro desde 2009

THAIS BILENKY
DE NOVA YORK

Como sintoma da deterioração da economia global, o número de empresas e países que perderam o grau de investimento nunca esteve tão próximo ao de novembro de 2009, quando o mundo sofria os efeitos da crise financeira de 2008, e um dos motivos para isso é o Brasil.

Segundo a agência de classificação de risco Standard & Poor's, em novembro, 53 empresas avaliadas foram rebaixadas a grau especulativo. No mesmo mês em 2009, 67 não tinham selo de bom pagador. O número atual é mais que o dobro dos 21 antes rebaixados, registrados há um ano.

Dos 53, o Brasil responde por 12. A Rússia, cuja instabilidade geopolítica é apontada como a outra principal causa para a piora na economia global, explica 16 rebaixamentos.

O relatório dos chamados

“fallen angels” (anjos em queda, em tradução livre, mas que significa aquelas que perderam o selo de bom pagador) não inclui as entidades que não tinham dívida líquida no momento do rebaixamento.

O setor financeiro é o mais prejudicado na avaliação da S&P.

As instituições financeiras brasileiras que perderam o grau de investimento neste ano são Banco do Brasil, Safra, Bradesco, BNDES, Santander, Banco do Nordeste e HSBC Brasil. As demais entidades nacionais que caíram são a Petrobras, a Eletrobras, a Neoenergia e a Samarco.

SOBERANO

Em setembro, a S&P rebaixou o rating soberano do Brasil de BBB- para BB+, retirando, assim o selo de bom pagador do país. Na ocasião, a agência criticou a falta de comprometimento do governo com o ajuste fiscal.

Bolsa deixa euforia de lado e fecha em queda

DE SÃO PAULO

Após um dia de euforia na quinta-feira (3), provocada pelo início do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Bolsa brasileira fechou em queda nesta sexta. O Ibovespa, principal índice, caiu 2,23%, devolvendo parte do forte ganho de mais de 3% registrado na véspera.

A animação dos investidores com a possibilidade de saída de Dilma —considerada positiva para a economia— deu lugar nesta sexta aos temores de que o processo pode se estender por algum tempo, prejudicando ainda mais o ambiente político e econômico.

As agências de classificação de risco Fitch e Moody's, que ainda concedem o grau de investimento —espécie de selo de bom pagador— ao Brasil, alertaram para o risco de piora das perspectivas de curto prazo no país e de novas dificuldades para o ajuste fiscal.

A desvalorização na Bol-

sa foi puxada pelas ações de bancos e Petrobras, que tiveram forte alta no dia anterior. Os papéis preferenciais da estatal, mais negociados, cederam 5,76%.

No setor bancário, o Itaú recuou 2,22% e o Bradesco, 1,37%. O Banco do Brasil registrou baixa de 2,70%.

Fora do Ibovespa, as units (conjunto de ações) do BTG Pactual caíram 3,86%, para R\$ 19,42. As ações da rede de drogarias Brasil Pharma, cujo maior acionista é o BTG Pactual, tiveram desvalorização de 6,04%, para R\$ 13,39 cada uma.

DÓLAR

No mercado de câmbio, a cotação do dólar foi influenciada pela divulgação dos dados do mercado de trabalho americano, que reforçaram a expectativa de aumento de juros nos Estados Unidos ainda neste mês. A procura pela divisa, no entanto, arrefeceu à tarde.

A cotação da moeda à vista, com fechamento mais cedo (às 15h30), teve valorização de 0,10%, cotada em R\$ 3,7748 na venda. Já o dólar comercial, utilizado em transações de comércio exterior, cedeu 0,29%, cotado em R\$ 3,738.

FOLHA DE S. PAULO

DOMINGO, 6 DE DEZEMBRO DE 2015

mercado

FAMÍLIA VENDE TUDO
Chiquinho
Scarpa faz saldão
de objetos e põe
a casa à venda

Fig. 8

Planalto quer focar economia para combater impeachment

Assessores cobram política econômica unificada e fim do duelo Levy-Barbosa

Para auxiliares de Dilma, atividade fraca pode servir de combustível para processo de destituição

VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

Não basta derrotar o impeachment, é preciso também mudar o humor da economia para mostrar que o governo tem como enfrentar os próximos três anos. Para isso, a presidente Dilma Rousseff tem de acabar com a "dubiedade" da política econômica, que mais parece uma "cobra de duas cabeças".

Essa é a avaliação de assessores presidenciais, que defendem uma forte reação não só ao impeachment, mas também à paralisação da economia. Segundo eles, a debilidade econômica pode servir como principal combustível para o processo de impedimento se ele se arrastar até março, quando o desemprego deve estar ainda maior no país.

Dentro do Planalto, auxi-

liares comentam que a presidente precisa, como primeiro passo, definir claramente quem é o principal ministro de sua equipe econômica, Joaquim Levy (Fazenda) ou Nelson Barbosa (Planejamento). Um interlocutor da petista disse à *Folha* que, se a presidente não tomar uma posição, "daqui a pouco não haverá mais espaço para Levy e Nelson conviverem juntos dentro do governo".

Segundo esse interlocutor, o ideal seria que os dois ministros se alinhassem para traçar o plano de recuperação da economia encomendado pela presidente para ser anunciado até, no máximo, o início do próximo ano.

Hoje, no entanto, os dois estão montando com suas equipes propostas de forma isolada, fazendo reuniões separadas inclusive com os mesmos empresários.

A discussão do momento, que divide Fazenda e Planejamento, é sobre a meta fiscal de 2016, um superávit primário de 0,7% do PIB. Enquanto a equipe de Levy gostaria de aprofundar os cortes,

a de Barbosa considera que não há mais espaço para cortar despesas do governo, a não ser as obrigatórias.

O Planalto prefere garantir a meta de 2016 com alta de receitas. A visão palaciana é que mais cortes só vão aprofundar a crise econômica.

Assessores querem convencer Dilma de que, para comandar uma reação na economia, o melhor seria "reavaliar a intensidade do ajuste fiscal, mas sem abandonar o rumo porque é óbvio que o governo precisa promovê-lo".

EMBATE

A equipe de Levy, porém, é totalmente contra reduzir a meta de economizar 0,7% do PIB de 2016 para pagamento de juros da dívida pública. Diz que, se isso acontecer, o Brasil perde o grau de investimento concedido por outras agências de risco, agravando, assim, a retração da economia.

O drama da presidente, segundo amigos próximos, é que o ideal seria garantir uma recuperação rápida da economia, mas isso, no curto prazo, é impossível. Um deles diz

que hoje "é possível tomar medidas para estabilizar a economia, mas não para reverter a retração".

O problema, admite o próprio governo, é que o cenário econômico está se deteriorando mais rápido do que o previsto e pode se acentuar exatamente no momento em que o processo contra Dilma estiver sendo votado na Câmara.

Além disso, deve ficar mais complicado para o governo, num momento de forte disputa política dentro do Congresso, aprovar medidas para reequilibrar as contas públicas. A expectativa do governo é que o setor privado pressione o Legislativo a isolar a pauta econômica da política, aprovando projetos como o da regularização de dinheiro ilegal de brasileiros no exterior, exatamente para evitar uma piora acentuada da recessão econômica.

Mas isso, reconhecem auxiliares presidenciais, é algo que não está sob controle do Palácio do Planalto.

▶ **LEIA MAIS** sobre o cenário econômico na pág. 2



Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento)

com LUCIANA DYNIEWICZ, FELIPE GUTIERREZ, DOUGLAS GAVRAS e CLÁUDIO GOLDBERG RABIN

Economistas não previram desastre de 2015

Projeções de analistas eram mais otimistas no início do ano, segundo o boletim Focus

RAQUEL LINDEN
DE SÃO PAULO

Faltam poucas semanas para o fim de 2015 e o ano termina com uma recessão profunda, que surpreendeu analistas. As projeções dos economistas estão sujeitas a erros, mas ninguém imaginava o desastre que estava por vir.

O boletim Focus, do Banco Central, mostra que, na primeira medição do ano, a média dos analistas esperava alta de 0,5% do PIB. Os mais pessimistas, queda de 1%.

O levantamento mais recente, fechado no dia 22, apontava para recuo de 3,19% do PIB. Mas, com o péssimo resultado da economia no terceiro trimestre, divulgado na terça (1º), as projeções já se aproximam de queda de 4%.

Para os economistas, a recessão está grave por causa da incapacidade do governo de arrumar as contas públicas e da forte crise política, que culminou na abertura do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os dois fatores paralisaram a economia.

"O grande choque que tivemos foi a inoperância política. Sabíamos que a presidente tinha dificuldade política, mas não se imaginava que entrasse num clima de isolamento tão grande", afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Um dos setores que mais sofrem com a retração é a indústria. A previsão inicial de alta de 1% na produção neste ano virou tombo de 7,5%.

A inflação, que no início do ano se imaginava que chegaria ao topo da meta, a 6,56%, deve fechar 2015 em 10,38%.

Segundo Thais Zara, economista-chefe da Rosenberg & Associados, os preços da energia elétrica subiram mais do que o esperado, porque o repasseamento feito pelo governo no ano passado foi maior que o projetado.

"É a mesma situação da área fiscal. As pedaladas do governo foram muito maiores em todos os sentidos." Para segurar os preços, o Banco Central subiu a taxa de juros. A Selic, que tinha previsão de fechar em 12,50%, está em 14,25%.

O câmbio foi outra imensa surpresa. No início do ano, as projeções indicavam dólar a R\$ 2,80. Hoje, apontam para R\$ 3,95. No longo prazo, o câmbio desvalorizado estimula as exportações, mas, no curto prazo, reduz o consumo e eleva a inflação.

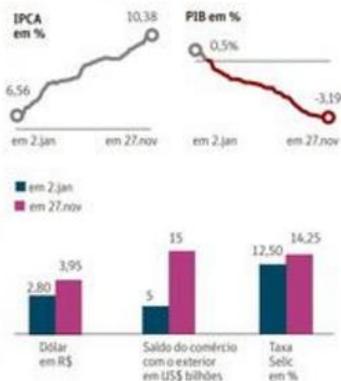
A fuga de capitais foi mais intensa por causa da perda do selo de bom pagador da agência Standard & Poor's.

"O governo errou a política econômica de novo e perdeu o grau de investimento. Foi um desastre", diz Zeina Latif, economista-chefe da XP.

O único indicador que deve vir melhor que o esperado é o saldo da balança comercial, mas pelos motivos errados. Com a recessão, as importações caíram mais que as exportações, e o superávit deve chegar a US\$ 15 bilhões, mais que os US\$ 5 bilhões esperados inicialmente.

Para 2016, os analistas falam em queda do PIB de 2%. Mas a situação está imprevisível. Dependendo da instabilidade provocada pelo processo de impeachment, podem errar de novo. E para pior.

PROJEÇÕES PARA 2015



Fonte: Relatório Focus do Banco Central

País vive recessão sem precedentes, diz economista do BofA Merrill Lynch

O Brasil enfrenta a mais longa recessão da história e sem sinais de reversão desse quadro, segundo David Beker, chefe de economia e estratégia no Brasil do Bank of America Merrill Lynch.

"Nem na Grande Depressão [de 1929], quando tivemos duas quedas consecutivas do PIB, ocorreu algo dessa magnitude, com dois anos de mais de 3% [de recuo do produto]", diz Beker projetando declínio de 3,3% do PIB em 2015 e de 3,5% em 2016.

"Vemos queda em todos os trimestres do ano que vem, menos no último, quando [a economia] começará a melhorar. Mas, olhando hoje, parece mais um desejo. O risco é de piorar ainda mais [as duas estimativas]."

A economia nunca esteve tão alavancada quanto hoje, lembra. "Não podemos dizer como será essa desalavancagem porque nunca ocorreu no Brasil, mas vimos em outros países que [o endividamento] gera um PIB maior na

alta e um menor na baixa." A deterioração econômica tem sido muito rápida, assinala.

"O desemprego, que dobrou em pouco tempo, deverá continuar subindo até a metade do ano que vem. Está quase em uma fronteira, em que não gera mais inflação. Ela deverá cair para 6,4% em 2016, sem contar a Gide, que está ficando mais provável [e que elevaria o IPCA]."

Além da queda da inflação e dos juros, que deverão encerrar 2016 em 12,75%, Beker lista a desvalorização do real entre os fatores positivos.

“O ingrediente para resolver o fiscal é chegar a um consenso político para aprovar medidas. Mas o cenário político está bem instável e volátil

"O câmbio é o instrumento que temos para mudar esse modelo de crescimento. Ele voltou um pouco, o que foi ruim." O banco projeta um câmbio de equilíbrio em R\$ 3,85 no ano que vem.

"Deverá fechar 2016 em R\$ 4,5." Boa notícia mesmo é a procura de investidores estrangeiros por ativos no Brasil. "O telefone não para. Digo que o cenário está ruim e eles contam que têm horizonte de dez anos. Muitos negócios já saíram."

Quanto à perda do grau de investimento, já retirado pela S&P, não deverá tardar em outras duas agências de rating, que focam no comportamento da dívida pública.

"A Moody's havia dito que o início do processo de impeachment geraria incerteza. É provável que mude a perspectiva para negativa no curto prazo e tire o grau até a próxima visita ao país, em meados de 2016. Na Fitch, o rebaixamento poderá ocorrer já no primeiro trimestre."



David Beker, chefe de economia no Brasil do Bank of America Merrill Lynch

Em SP, processos trabalhistas vão tramitar somente por web

O tempo médio das decisões na Justiça do Trabalho da Grande São Paulo deve diminuir pela metade com a implementação do processo judicial eletrônico por todas as varas na região.

A partir do fim desta semana, os novos casos que entram na Justiça serão todos eletrônicos. Os que já haviam sido iniciados em papel seguem nesse formato.

A mudança tecnológica "elimina tempos mortos, como a espera para notificações", diz a desembargadora Maria Doralice Novais, a responsável pela novidade.

A vantagem para as empresas é que a rapidez diminui gastos com juros e correção monetária das penas. "É algo importante para elas decidirem se fazem acordo", afirma Otávio Pinto e Silva, sócio do Siqueira Castro.

Outra economia para as empresas será com o próprio advogado. "Nosso trabalho é muito caro", diz Antônio Carlos Frugis, do Demarest. A crise deste ano aumentou o volume de ações, segundo ele.

DESTINO PREPARADO

Índice de competitividade do turismo*



*De 0 a 100. Fonte: Ministério do Turismo

PRONTOS PARA O TURISMO

São Paulo é o destino mais competitivo do país, segundo ranking do Ministério do Turismo que será divulgado nesta quarta-feira (9).

O levantamento, elaborado em parceria com o Sebrae e a FGV, indica que a cidade melhorou sua nota neste ano.

Em 2014, quando também ocupou o primeiro lugar da lista, São Paulo marcou 82,5 pontos (em escala de 0 a 100). Neste ano, foram 83,2.

O índice é calculado com base em 13 critérios, como infraestrutura, equipamentos turísticos, aspectos culturais, políticas públicas e promo-

ção do destino, entre outros. O Rio de Janeiro foi a cidade que mais melhorou sua nota, de 78,5 para 81,1, subindo duas posições no ranking.

Entre os fatores que contribuíram para o resultado estão as obras de preparação para a Olimpíada de 2016.

Curitiba, Vitória e Salvador também estão entre as que mais avançaram.

Foz de Iguaçu foi o único destino dos dez melhores que registrou queda na pontuação: de 76,9 para 76,3. A falta de ações de marketing pesou para que a cidade passasse do sexto para o oitavo lugar.

EM TRAMITAÇÃO

Processos no Tribunal Regional de Trabalho-SP*



Fonte: TRT2

*Capital, Região Metropolitana e Baixada Santista

NA FONTE

O Banco do Brasil emprestou R\$ 13 bilhões por meio da linha de crédito salário no acumulado até novembro. O valor supera em 28% a movimentação do ano passado.

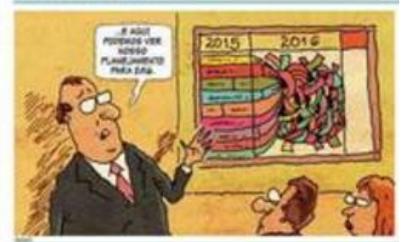
O produto é oferecido aos clientes que recebem os pagamentos em contas salário. O aumento foi causado pela maior automatização do serviço, que pode ser feito pelo celular, e pela taxa de juros oferecida a 4%, segundo a instituição financeira.

Estudo...

O escritório Pinheiro Neto Advogados retomará a parceria que tinha com o governo britânico no programa Chevening, de concessão de bolsas de estudos para profissionais de destaque e com potencial de liderança.

...no exterior A banca investirá 10 mil libras em 2016 e 2017 no projeto. O memorando será assinado nesta quarta (9) na sede do Pinheiro Neto, em São Paulo, com a presença do embaixador do Reino Unido no Brasil, Alexander Ellis.

HORA DO CAFÉ



Governo teme que Fitch rebaixe Brasil até janeiro

Secretaria do Tesouro negociara trégua para tentar reverter rombo nas contas

Crise política, porém, deve impedir a aprovação de medidas para equilibrar caixa; Cide seria um plano B

VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

O governo Dilma teme que a agência de classificação de risco Fitch retire do Brasil o selo de bom pagador até o próximo mês, ainda antes que a Moody's, cuja decisão deve ser tomada num prazo de três meses.

O rebaixamento deve gerar uma saída de moeda estrangeira do país.

Segundo assessores presidenciais, a Fitch já sinalizou para a equipe econômica que está próxima de rebaixar a nota brasileira.

A *Folha* apurou que, depois que a Fitch colocou a nota brasileira a um passo da perda do grau de investimento (perspectiva negativa), em outubro, a Secretaria do Tesouro Nacional havia conseguido adiar em dois meses qualquer decisão da agência.

Durante a trégua, o governo esperava aprovar medidas para melhorar as contas públicas. A situação econômica e política, porém, se deteriorou rapidamente.

Com um novo rebaixamento, o Brasil estará classificado como investimento de risco por duas agências — a Standard & Poor's já retirou do país o grau de investimento e ameaça até fazer novos rebaixamentos.

Alguns investidores, como fundos de pensão, são obrigados, por suas regras, a tirar suas aplicações de países que perdem o selo de bom pagador de duas agências.

Analistas de mercado calculam que esse cenário poderá levar a uma saída de algo entre US\$ 2 bilhões e US\$ 5 bilhões a depender do quadro político do momento, provocando pressões sobre a cotação do dólar no Brasil.

Como termo de comparação, o fluxo cambial neste ano, até a primeira semana deste mês, era de US\$ 11,9 bi-



O ministro da Fazenda, Joaquim Levy

cambial foi US\$ 4,3 bilhões.

CENÁRIO PREVISÍVEL

Assessores presidenciais consideram que o risco de a Fitch rebaixar a nota brasileira é elevado, já que o governo deve fechar o ano sem condições de demonstrar força para aprovar medidas que garantam um superávit primário de 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2016.

Para assegurar esse resultado, o governo propõe entre outras medidas recriar a

encontra forte resistência por parte dos parlamentares. A repatriação de recursos de brasileiros no exterior que foram remetidos sem o pagamento de imposto é outra medida pendente de aprovação.

A equipe econômica está pessimista, diante do agravamento da crise política, quanto a conseguir aprovar qualquer medida de aumento de receita entre o final deste ano e o início do próximo.

O início do processo de impeachment contra a presi-

tavam praticamente interrompidas nas últimas semanas no Legislativo.

Uma mudança na tendência de rebaixamento da nota brasileira pode ocorrer, segundo analistas de mercado, caso o cenário brasileiro indique que haverá uma solução política para a crise.

O governo trabalha com um plano B caso não consiga aprovar as medidas no Legislativo. Seriam propostas que não precisem do aval do Congresso, como o aumento da

REPERCUSSÃO



Zeina Latif economista da XP
"Nossos números são comparáveis aos de países em guerra. Como justificar um país que tem contração na economia, enquanto o mundo cresce 3%? Os emergentes estão sofrendo, mas até a Rússia tem desempenho melhor"



Jason Vieira economista da Infront Asset
"É muita responsabilidade as agências de risco manterem o grau de investimento do Brasil com a crise política e econômica atual. Talvez não mexa muito com os mercados porque tudo está se confundindo com as discussões do impeachment"

Carlos Thadeu de Freitas ex-diretor do BC
"As agências de risco perderam o timing de avaliação do país. Já está no preço o rebaixamento [da nota de crédito]. Pode causar alguma turbulência nos mercados e forçar o Congresso a votar algumas medidas de ajuste"



José Francisco de Lima Gonçalves economista do Banco Fator
"A perspectiva de impeachment muda o argumento das agências de risco para sustentar as avaliações. O governo e o Congresso não chegavam a uma convergência sobre o ajuste na economia e a situação ficou

FOLHA DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2015 A17

mercado

COTAÇÕES/ONTEM	
Bovespa	-1,04% / 45.630 pontos
Poupança (hoje)	0,7253%
Poupança (hoje)	0,7253%
Dólar livre	R\$ 3,797/3,799
Dólar turismo	R\$ 3,710/3,890



O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em evento em SP

Levy avisa que deixa cargo se meta fiscal de 2016 cair

Ministro defende que governo economize 0,7% do PIB no próximo ano

Tentativa de reduzir a poupança, que já havia sido feita por ala do governo, ressurgiu em ações no Congresso

VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ameaçou deixar o governo se não for aprovada para 2016 uma meta de superávit primário (receitas menos despesas) de 0,7% do PIB.

A parlamentares governistas da Comissão Mista de Orçamento disse que sua permanência na pasta "perderá o sentido" se a meta fiscal for zerada, como defendem uma ala do governo e parlamentares da base aliada.

Segundo interlocutores do ministro, o superávit zero levaria o país a perder o grau de investimento das agências de classificação de risco Moody's e Fitch e aprofundaria a crise.

Nas palavras de Levy, essa decisão faria 2016 repetir, na economia, o ano de 2015, retardando a recuperação e colocando 2017 em risco.

O ministro já havia dito a assessores e interlocutores do mercado que iria batalhar pe-

lo superávit em 2016, mas que, se fosse derrotado, daria como "concluída sua missão" no governo. Respeitaria a decisão do Planalto, mas não continuaria no cargo.

Agora, diante do risco de o Congresso zerar a meta fiscal, Levy fez questão de transmitir o mesmo recado aos parlamentares que integram a comissão que trata do assunto.

PRIMEIRO ROUND

O ministro da Fazenda já havia conseguido vencer uma batalha interna dentro do governo em torno da meta de economizar 0,7% do PIB (ou R\$ 43,8 bilhões).

O Ministério do Planejamento e a Casa Civil chegaram a apoiar uma proposta para abater entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões desse valor, o que, na prática, reduziria a meta a quase zero.

A ideia chegou a contar com o aval da presidente Dilma Rousseff, mas ela recuou depois que Levy pressionou tanto o Congresso como o governo para manter o 0,7%.

Dos R\$ 43,8 bilhões previstos nessa meta, R\$ 30,5 bilhões são de responsabilidade do governo federal. O restante precisa ser economizado por Estados e municípios.

SEGUNDO ROUND

Nesta segunda investida pela redução da meta fiscal de 2016, a articulação partiu do Congresso Nacional. Seu principal defensor é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), favorável a zerar a meta para o ano que vem sob o argumento de que o governo não conseguirá cumprir superávit de 0,7% do PIB.

De acordo com ele, o mercado também tem a mesma avaliação e o governo deveria evitar ficar vendendo previsões irrealistas, que só ti-

ram sua credibilidade.

Na mesma linha do senador peemedebista, deputados petistas estão prometendo apresentar uma emenda na votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), prevista para a próxima terça-feira (15), zerando a meta.

O objetivo dos petistas é liberar recursos para investimentos em 2016, dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e evitar o corte de até R\$ 10 bilhões no Bolsa Família proposto pelo relator do Orçamento, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Internamente, os ministros Jaques Wagner (Casa Civil) e Nelson Barbosa (Planejamento) têm dito que o assunto é tema vencido, já que Dilma teria decidido a favor de Levy na última vez em que o tema foi debatido no Planalto.

Só que o debate voltou a ganhar força com a forte reatuação da economia e a avaliação da ala política do governo e de petistas no Congresso de que, para sair da crise política, é preciso dar um novo alento à economia.

MERCADO DÓLAR RUMA PARA R\$ 3,80 APÓS MOODY'S

O dólar comercial, usado no comércio exterior, subiu 1,55% e foi a R\$ 3,799 após a agência Moody's colocar a nota de crédito do Brasil em observação para possível rebaixamento. O dólar à vista, referência do mercado financeiro, terminou o dia a R\$ 3,767, com alta de 1,84%. O Ibovespa caiu 1,04%.

Levy diz que ameaça de rebaixamento da Moody's reflete realidade do Brasil
folha.com/1717452

mercado

COTAÇÕES/ONTEM
Bovespa +0,28% / 44.872 pontos
Poupança (hoje) ^{anual} 0,7228%
Poupança (hoje) ^{mensal} 0,7228%
Dólar livre R\$ 3,873/3,875
Dólar turismo R\$ 3,800/3,980

Governo propõe meta fiscal menor e pode até zerá-la no ano que vem

Proposta enviada ao Congresso estima economia de 0,5% do PIB, e não 0,7%, como defende Levy

Para ministro, superávit menor vai dificultar retomada econômica e deve levar a novo corte em breve da nota do país

VALDO CRUZ
PLÁVIA FERREIRA
ISABEL VERSIANI
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma enviou ao Congresso uma proposta de redução da meta fiscal de 0,7% para 0,5% do PIB em 2016, com a possibilidade de abater gastos com investimentos desse percentual. Na prática, isso permitirá que o superávit primário (receitas menos despesas) seja equivalente a zero no ano que vem.

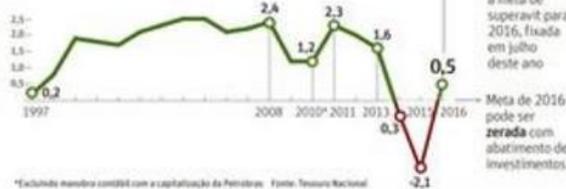
A decisão do Planalto contraria a posição defendida pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda), que batalhava dentro do governo pela manutenção da meta em 0,7% do PIB, equivalente a R\$ 43,8 bilhões.

Recentemente, Levy chegou a ameaçar deixar o governo se a meta fosse reduzida. Diante da resistência do mi-

ECONOMIA MENOR

Governo propõe meta de superávit de 0,5% do PIB em 2016

Receitas menos despesas, excluindo gastos com juros, em % do PIB



*Excluído membro controlado com a capitalização da Previdência. Fonte: Tesouro Nacional

nistro, Dilma, Jaques Wagner (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) buscaram convencê-lo da necessidade da medida para não contrariar a base aliada, que defende a meta menor, num momento delicado de discussão do impeachment.

Segundo a **Folha** apurou, Levy disse que permanecia contra a meta menor, mas iria refletir sobre a decisão de Dil-

ma. Assesores de Levy disseram que, por ora, ele segue trabalhando normalmente.

A proposta terá de ser aprovada pelo Congresso na votação do relatório da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), prevista para esta quarta. O texto rediz o superávit para R\$ 30,58 bilhões.

O documento enviado aos parlamentares também prevê a possibilidade de abater R\$

30,58 bilhões de investimentos caso haja "frustração de receita" em relação à previsão feita pela equipe econômica.

Ou seja, se esse abatimento for feito de forma integral, a meta pode ser zerada, ideia que vinha sendo defendida pela ala política do governo e por Nelson Barbosa (Planejamento), sob o argumento de que a retração econômica impede garantir o superávit.

DISCORDÂNCIA PÚBLICA

Mais cedo, antes de o governo tomar sua decisão, Levy demonstrou publicamente sua discordância com a redução da meta fiscal.

"Acho inconveniente", disse Levy. "Acho um equívoco achar que essa mistura de que a meta [fiscal de 2016] não fica de pé por causa do Bolsa Família. A meta é a meta, e o Bolsa Família é o Bolsa Família."

Para garantir o cumprimento da meta fiscal original de 0,7% do PIB em 2016, o Congresso propôs corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família.

"Tem que focar a votação de medidas que são importantes e que foram mandadas há dois ou três meses [para o Congresso]", afirmou Levy.

Reservadamente, o ministro tem dito que abandonar a meta de superávit primário vai dificultar ainda mais a recuperação da economia e levará a um novo rebalçamento da nota brasileira pelas agências de classificação de risco.

▶ **LEIA MAIS** sobre ajuste fiscal na pág. A17

LEVY E A META

“Eu acho inconveniente. Acho um equívoco achar que essa mistura de que a meta [fiscal de 2016] não fica de pé por causa do Bolsa Família. A meta é a meta, e o Bolsa Família é o Bolsa Família”

entem, sobre a proposta de alterar a meta por causa do Bolsa Família

“A questão de meta, se a meta vai ser 0,7%, se não vai ser 0,7%, não são os vinte centavos, é todo o resto que é importante, as mudanças estruturais, as reformas”

na sexta-feira (11)

“A gente tem de tentar atingir 0,7% do PIB. Isso é absolutamente fundamental para trazer segurança para as famílias brasileiras”

em 17 de setembro

EUA decidem juros, mas cenário interno é o que preocupa no Brasil

Banco central americano deve, nesta quarta-feira, elevar taxa pela 1ª vez em quase uma década

Para economistas, problemas internos merecem mais atenção que elevação gradual de juro norte-americano

GIULIANA VALLONE
DE SÃO PAULO

Se as projeções de economistas e mercados ao redor do mundo estiverem corretas, o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) realizará nesta quarta (16) a primeira elevação dos juros americanos em quase uma década.

Mas o que é chamado por parte do universo financeiro

de "o acontecimento econômico da década" pode não causar tantos estragos no cenário brasileiro como se temia. É o que dizem economistas ouvidos pela Folha.

De acordo com eles, considerando os problemas internos enfrentados hoje pelo país, ficam em segundo plano os efeitos negativos de uma possível elevação de juros nos Estados Unidos — hoje entre zero e 0,25%, eles devem ter um aumento de 0,25 ponto percentual.

"Para o Brasil, as questões domésticas são muito mais relevantes do que a trajetória da taxa de juros a ser adotada pelo Fed", diz Octávio de

Barros, economista-chefe do Bradesco.

"[O aumento] é favorável para o Brasil? Não seria a resposta mais razoável", afirma Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse.

"Agora, qual o desfavorável? Nessa primeira parte do ciclo de alta, não nos parece que seja muito desfavorável, apenas ligeiramente."

Entre as questões internas mais relevantes para o cenário brasileiro atualmente, de acordo com os analistas, está a possibilidade de rebaixamento da classificação de risco do Brasil pelas agências Moody's ou Fitch — que já sinalizaram que podem adotar

essa medida em breve.

O país já perdeu o grau de investimento da Standard & Poor's em setembro e a retirada do selo de bom pagador por mais uma instituição deve gerar fuga de investimentos do mercado brasileiro.

Um processo de impeachment lento, que prejudique ainda mais a execução de medidas que ajudem a tirar o país do quadro recessivo, também é citado. "Não há dúvida de que um aumento de juros importa menos que o rebaixamento ou o impeachment", diz Teixeira.

Para Luis Stuhlberger, gestor da Verde Asset Management, os juros norte-america-

nos e a situação econômica da Europa e da China não influenciam negativamente no cenário interno.

"Rebaixamento, impeachment e essa briga doméstica pelo poder entre PT e PMDB, sim", afirma.

SAÍDA DE RECURSOS

Na teoria, juros mais altos na economia norte-americana aumentam os custos de financiamento e reduzem a liquidez da economia mundial.

Considerado o mais seguro do mundo, o mercado norte-americano fica mais atraente para os investidores, que decidem redirecionar suas aplicações, hoje investidas em outros países.

Os principais perdedores são os países emergentes, como o Brasil, que podem ver suas moedas se desvalorizarem em relação ao dólar dada a saída de recursos dos mercados financeiros.

As consequências da alta já foram precificadas pelos investidores, dizem os analistas. "Já se sabe há muito tempo que o Fed vai subir os juros", diz José Mauro Delella, estrategista do private banking do Santander. "Como se imagina hoje, a alta não é significativamente prejudicial para os emergentes", afirma.

Todas as primeiras moedas emergentes perderam força ante o dólar neste ano — nenhuma mais do que o real, que recuou 39% em relação à divisa americana, sob efeito dos problemas internos da economia brasileira.

O risco, diz Delella, está na possibilidade de um aumento pelo BC dos EUA em ritmo mais acelerado que o previsto. "O mercado aposta em sua



Octávio de Barros

Fed, China, e Europa não jogam negativamente para o cenário brasileiro. Rebaixamento e impeachment jogam

LUIS STUHLBERGER
gestor da Verde Asset



Luis Stuhlberger

Não há dúvida de que a alta do Fed importa menos que o cenário interno

NILSON TEIXEIRA
economista-chefe do Credit Suisse



Nilson Teixeira

Para o Brasil, questões domésticas são muito mais

NOVO
ARNO
Silence force

O ventilador mais forte e silencioso do Brasil.

IMPACTO

PAÍS ESTÁ PRONTO, DIZ TOMBINI

A depreciação de quase 40% na taxa de câmbio neste ano está entre os fatores que ajudaram a preparar o Brasil para uma provável alta de juros nos Estados Unidos nesta quarta-feira (16), de acordo com Alexandre Tombini, presidente do Banco Central.

Kalunga

104.1 Top

Brasil perde mais um selo de bom pagador de dívida

Agência Fitch cita como recessão aguda e dívida pública crescente

Medida pode provocar saída de investimentos do Brasil e encarecer ainda mais o crédito para empresas do país

O Brasil perdeu o grau de investimento, chamada de destino seguro para receber investimentos estrangeiros, da agência Fitch, de avaliação de risco.

Os motivos apontados foram a recessão mais aguda do que a esperada e o efeito colateral de crescimento do governo de estabilizar a dívida pública. Agora são duas as agências que consideram o país arriscado para receber essas aplicações - a Standard & Poor's reduziu o país em setembro.

A decisão da Fitch, que há um ano e meio deu o grau de investimento em 2011, pode mostrar uma queda de investidores estrangeiros em alguns dos grandes fundos de investimento, as aplicações devem ser o caso de os investidores não tenham grandes aplicações. Não é possível estimar, no entanto, o valor que pode sair agora, porque alguns dos fundos podem já ter feito saques preventivos ou refinanciamento.

SEM SURPRESAS

O movimento da Fitch não chegou a surpreender os investidores, especialmente após o governo alertar a possibilidade de zerar o meta de aquecimento com o PIB em 2014. A agência já tinha colocado a avaliação de risco em perspectiva negativa, o que levava a um refinanciamento.

Nas últimas duas semanas, o humor do mercado mudou em um clima de pessimismo, as dificuldades do governo do Congresso e a expectativa sobre o saída do ministro Joaquim Levy (Fundo) do governo.

No período, o dólar saiu de R\$ 3,74 para R\$ 3,96, nota quebra (1%), fechou a R\$ 3,97, com alta de 0,80%.

Na semana passada, a agência Moody's colocou o crédito do país em revisão para rebaixamento, citando os mesmos motivos. A Moody's mantém o país no último nível do grau de investimento. De lado red da economia, espera-se um crescimento para empresas que quiserem captar recursos no exterior.

Financiamentos podem também ser obrigados a reduzir o crédito oferecido a empresas brasileiras, que também passam a ser consideradas de maior risco.

O rebaixamento ocorreu no mesmo dia em que o Federal Reserve (EUA) reduziu a taxa de juros americana, fato que motiva a desvalorização do dólar em relação ao real.

A Fitch indicou ainda que pode rebaixar novamente o país nos próximos meses. A deterioração do cenário econômico está aumentando os desafios para as autoridades brasileiras ações positivas de crescimento para obter a confiança e melhorar as perspectivas para o crescimento, consolidação fiscal e estabilização da dívida, afirmou, em comunicado.



LANÇAMENTO

SURPREENDA-SE COM O DECORADO QUE VAI ALÉM DE SUAS EXPECTATIVAS.

EXPANDE

A PARTIR DE R\$ 7.900,00*
VALOR DO M² À VISTA

65 m²
2 dorms. (1 suite)
Vaga e depósito privativo

DEPÓSITO
R\$ 10.000,00 (R\$ 2.000,00/m²)

VARIANDA
3,00m x 1,50m (R\$ 1.500,00/m²)

TERRAÇO TÉCNICO
10,00m x 10,00m (R\$ 1.000,00/m²)

VISITE O DECORADO
Rua Afonso Celso, 1.620
A 700 m do Metrô Santa Cruz

11 5594-2331 | expandevillamariana.com.br

TRISUL
IMOBILIÁRIA, CONSTRUTORA E INCUBIDORA

*Valor estimado. Engenharia e arquitetura: S&P, Ltda. Memorial de cálculo elaborado seguindo o código de obras de referência nº 202/2012 do Conselho de Engenharia de Curitiba, por AC/2012 Engenharia Ltda. Projeto arquitetônico por referência nº 01/2013 - AC/2012. 17º andar - Rua Vitor - 300 - Pinheiros - CEP 055-090 - São Paulo - SP. Todos os valores estão sujeitos a alterações. O preço final do empreendimento. Os valores podem sofrer alterações após o fechamento do empreendimento. Este projeto é privativo de autoria, propriedade e assinatura. Projeto: Guilherme, "Lugar do Realizado", Unidade 14.8.

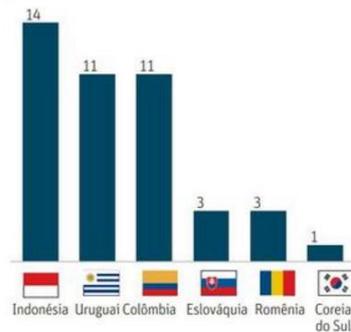
MUDANÇA DE STATUS

Mesmo após mais de dez anos, países não recuperam grau de investimento



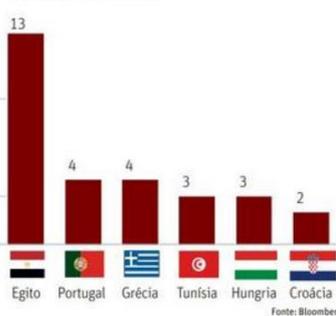
ELES CHEGARAM LÁ

Total de anos para país recuperar grau de investimento



NA FILA DE ESPERA

Anos passados desde que o país perdeu o grau de investimento e ainda não conseguiu recuperá-lo



Fonte: Bloomberg

GRAU DE INVESTIMENTO

Histórico mostra que retomada do status terá processo demorado

DE SÃO PAULO - O histórico das decisões das agências de risco e a deterioração das contas públicas brasileiras indicam que será longo o processo de recuperação do grau de investimento pelo país, algo que provavelmente não acontecerá no mandato de Dilma Rousseff.

No caso da Fitch, dos 15 países que perderam em algum momento o grau de investimento, 7 não conseguiram retomar ao status anterior — o Egito já leva 13 anos sem o selo de bom pagador.

Entre os que conseguiram voltar ao grupo de destinos considerados mais seguros para investir pela avaliação da Fitch, a Indonésia demorou 14 anos para obter o retorno, a Colômbia e o Uruguai, 11.

A Coreia do Sul foi o país que recuperou o grau de investimento mais rápido, apenas 1

ano e 1 mês após tê-lo perdido, no fim de 1997, em meio à crise asiática.

O caso dos sul-coreanos, porém, não pode ser comparado ao brasileiro. Os asiáticos foram afetados por uma crise que atingiu todo o continente, derubando as notas de diversos países — foi essa leva que abateu a nota da Indonésia.

A situação do Brasil é principalmente um reflexo dos problemas internos, e o cenário das contas públicas torna improvável que o país siga o mesmo caminho traçado pelos asiáticos. E, como a perspectiva da nota brasileira permanece negativa, a Fitch pode voltar a rebaixar o país nos próximos meses.

Pela S&P, a Venezuela é o país que leva mais tempo tentando retomar o grau de investimento: 32 anos.

FOLHA DE S. PAULO

Única surpresa para o mercado foi a data da decisão da Fitch

Economistas dizem que mudança 'já estava no preço'; Fazenda foi avisada 1 dia antes, e Levy pede 'respostas'

Senadores da oposição afirmam que há falta de credibilidade do governo Dilma em relação à economia

TONI SCIARRETTA
TATIANA FREITAS
DE SÃO PAULO

O novo rebaixamento do Brasil, pela agência Fitch, que tirou o selo de bom pagador do país, não surpreendeu economistas nem profissionais do mercado de capitais.

A avaliação é que as agências não tinham mais como explicar a manutenção dessa chancela após as sucessivas revisões na meta de ajuste das contas do governo e a discussão do impeachment.

A surpresa veio pelo momento do rebaixamento, que ocorreu no mesmo dia em que o Federal Reserve (BC dos EUA) subiu os juros americanos. A expectativa era que a Moody's, que na semana passada colocou a nota brasileira em revisão, fosse a segunda a mexer na avaliação.

Em setembro, a Standard & Poor's retirou o grau de investimento do país.

Para o economista-chefe da Bloomberg Intelligence no Brasil, Marco Maciel, a

perda do grau de investimento não provocará uma fuga de investidores do país. "Se era para acontecer, já deveria ter acontecido. O gestor do fundo não fica esperando o segundo rebaixamento para sacar."

O presidente do Itaú BBA, Cândido Bracher, disse que as mudanças nas metas de economia do governo justificam o rebaixamento. "É difícil ficar surpreso com essa notícia. O timing que não era conhecido", disse.

Bracher ponderou que o Brasil já foi um país considerado grau especulativo (alto risco de calote), mas que havia uma fragilidade relevante nas contas externas. "As reservas internacionais são altas e a geração de dólares não tem sido um problema."

Para Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú, o ajuste nas contas do governo está longe de ser endereçado devido às dificuldades políticas. "O ano que vem vai começar da mesma forma que termina 2015. As incertezas política e econômica estão entrelaçadas. Não conseguimos ainda ver uma estabilização."

Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, afirma que, apesar de "já estar no preço" esse rebaixamento, os desdobramentos

na economia real, como o crédito mais caro para empresas brasileiras e o fluxo de recursos para o país, ainda terão impacto não conhecidos.

"Pode ser que não seja nada dramático, mas, para uma economia que está tão frágil, é mais um golpe", disse.

AVISO

Avisada um dia antes da decisão, a equipe econômica considerou que o rebaixamento espelha a fragilidade do governo na votação de medidas econômicas no Congresso.

O ministro Joaquim Levy (Fazenda) classificou de "séria" a decisão da Fitch. "Temos que agir. A resposta é tomarmos as medidas de defesa do Brasil, votar o que temos que votar, para dar segurança a todo o mundo."

O Banco Central afirmou que o rebaixamento "não altera o sentido ou a intensidade do ajuste macroeconômico" em curso.

O presidente da CNI, Robson Andrade, disse que o rebaixamento já era esperado e que a preocupação agora deve ser recuperar o selo de bom pagador. Para senadores de oposição, a Fitch reflete a falta de credibilidade que o governo tem na economia.

Colaboração: Brasília

Decisões de investimento devem ser adiadas

Empresários e executivos acham que preços ainda vão cair antes de ficar atrativos

JOANA CUNHA
DE SÃO PAULO

Embora já fosse esperado pelo mercado, o anúncio de rebaixamento do Brasil feito pela agência de classificação de risco Fitch nesta quarta-feira (16) vai interferir nas decisões de investimentos, segundo empresários e banqueiros ouvidos pela *Folha*. O empresário Lawrence Pih, que neste ano vendeu o Moinho Pacífico, um dos maiores importadores de trigo do país, e passou a buscar novos investimentos nos setores de saúde, educação e infraestrutura, estima que os preços dos ativos no Brasil ainda vão se dete-

riorar muito e, por isso, investidores vão esperar antes de tomar decisões.

“Vamos prospectar nos próximos dois anos e haverá ativos no Brasil muito baratos para comprar”, afirmou. “Você pode aguardar por fênelências e recuperações judiciais em grande quantidade.” O empresário diz que já teve sinalização de pessoas interessadas em conversar sobre possíveis negócios, mas conclui: “Dada a situação do país, não temos nem um pouquinho de pressa”.

Pih diz que fará sua investida “no momento oportuno”. Para Marco Antonio Bologna, presidente do Banco Fator, o “quadro institucional

complexo” aprofunda as incertezas.

“Essa percepção não é só do investidor lá fora. Acontece com todos, com a pessoa física que decide não trocar de carro. É esperar para ver.”

CAPITAL MUITO CARO

Segundo Bologna, fatores como a imprevisibilidade regulatória e dívidas sobre o futuro da CPME, do combustível e do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, entre outras, contribuem para o compasso de espera.

“É a remuneração do dinheiro não tem retorno melhor com a possibilidade de alta dos juros”, diz.

Para Ricardo Lacerda, só-

cio-fundador do BR Partners Banco de Investimento, o rebaixamento é “mais uma luz vermelha sinalizando o caos” em que se transformou o Brasil, e as perdas podem ser irreversíveis.

“A economia está em queda livre e, mantido o atual ritmo de deterioração, teremos um retrocesso irreversível. O país precisa urgentemente de um governo, seja com esse, seja com o próximo”, afirma.

Ele pondera que uma parte dos investidores já interpreta que o preços dos ativos já estão atraentes.

“Tem de tudo. Tem gente achando que a oportunidade já chegou e aumentou o movimento”, diz Lacerda.



Lawrence Pih, que afirma não ter pressa para investir

RISCO ESPECULATIVO

Fitch tira grau de investimento do Brasil



Por que a Fitch rebaixou o Brasil?

- 1. Projeção de queda acentuada do PIB**
- 3,7% deve ser a variação em 2015 e 2,5% em 2016
- 2. Agravamento da crise política**
Abertura do processo de impeachment dificulta o andamento da implementação de políticas fiscais
- 3. Menor credibilidade na política fiscal**
A Fitch aponta as sucessivas mudanças na meta fiscal de 2015, como a aprovação de déficit de 2% do PIB em 2015

Fonte: Fitch

MERCADOS

Dólar e Bolsa reagem de forma moderada ao anúncio da agência

SÃO PAULO - O dólar disparou após a agência de classificação de risco Fitch ter retirado o selo de bom pagador do Brasil. O mercado já estava tenso, discutindo a possibilidade de o ministro Joaquim Levy (Fazenda) deixar o governo após o Orçamento de 2016 abrir a possibilidade de não haver superavit nas contas públicas.

O anúncio da Fitch fez o dólar atingir R\$ 3,967, mas a moeda recuou depois e fechou em R\$ 3,925 no câmbio à vista (referência para o mercado financeiro), com alta de 0,80%.

No câmbio comercial (exportação e importação), a moeda avançou 1,18% e terminou a R\$ 3,921. É o maior valor desde 28 de outubro, quando va-

lia R\$ 3,922, sem considerar o efeito da inflação.

Os mercados estavam em compasso de espera, aguardando a decisão do Federal Reserve (BC americano) de aumento nos juros americanos, medida que tende a atrair recursos para os Estados Unidos e, assim, desvalorizar as divisas emergentes.

Entre as 24 principais moedas emergentes, o dólar subiu em relação a 14.

Na Bolsa, o principal índice intensificou a queda para 1,73% após a decisão da Fitch, mas em seguida amenizou o tombo e inverteu a tendência no final do pregão. O Ibovespa fechou em alta de 0,32%, marcando 45.015 pontos.

FOLHA DE S.PAULO

QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2015 ★ ★ ★ mercado A25

Fitch projeta deficit de 1% do PIB em 2016

Agência que elevou risco de calote do país diz que o cenário brasileiro vem se deteriorando de forma acelerada

Com pior desempenho econômico e deficit, relação dívida/PIB deve ultrapassar 70%, afirma diretora da Fitch

GIULIANA VALLONE
DE SÃO PAULO

Além de causar a perda do grau de investimento brasileiro pela Fitch, a rápida deterioração do cenário político e econômico fez com que a agência de classificação de risco revisse para baixo suas projeções para o desempenho do país neste ano e em 2016. Agora, a agência espera que o governo termine o pró-

ximo ano com deficit primário (quando despesas superam receitas, antes mesmo do pagamento de juros da dívida) de cerca de 1% do PIB, diz Shelly Shetty, diretora sênior de ratings soberanos. Com isso, a dívida brasileira deve ultrapassar os 70% do PIB no próximo ano, afirma.

Folha - Qual foi a gota d'água para que a Fitch retirasse o grau de investimento do Brasil?

Shelly Shetty - Claramente, o cenário brasileiro vem se deteriorando de forma bastante rápida — a Fitch, aliás, rebaixou o Brasil duas vezes

em 2015. A situação está bastante dinâmica, mas sob um ponto de vista negativo.

O rebaixamento levou em consideração uma recessão econômica que está se aprofundando, a deterioração contínua da situação fiscal e a maior incerteza trazida pelo início do processo de impeachment — que pode reduzir ainda mais a capacidade do governo e do Congresso de adotar as medidas necessárias para consolidar a situação fiscal.

A agência projeta o resultado do impeachment? Considera algum melhor ou pior?

O resultado de procedimentos como esse é bastan-

te difícil de prever, e eles só causam mais incerteza política e não ajudam a aumentar a confiança no país. Ainda é cedo para dizer o que vai acontecer com o impeachment, vamos avaliar a situação quando chegarmos lá. Mas teremos que reavaliar a nova realidade política e econômica, uma vez que o processo for concluído, para saber se ela beneficia a implementação das políticas.

Quais são as projeções da Fitch para o Brasil agora?

A trajetória fiscal chegou a um ponto em que passamos a acreditar que o Brasil não apenas terá deficit primário neste ano mas continuará a

ter deficit em 2016. Esperamos resultado negativo nas contas do governo de cerca de 2% do PIB em 2015, e perto de 1% do PIB no ano que vem. A economia deve recuar 3,7% neste ano e 2,5% em 2016.

Aliados, esses dois fatores vão fazer com que a dívida do governo ultrapasse os 70% do PIB no ano que vem, segundo nossas projeções. Esse valor está bem acima da média dos países que têm grau de investimento hoje pela Fitch, de por volta de 40% do PIB. E não estamos vendo sinais de estabilização da dívida.

Podemos ter outro rebaixamento da nota em 2016?

Bom, mudamos nossas

projeções econômicas e fiscais para níveis bem mais baixos e elas foram incorporadas nesse corte.

Dito isso, a classificação do país tem hoje perspectiva negativa, o que sugere que há pressões sobre a nota.

Em geral, quando a perspectiva é negativa, tomamos decisões em um período entre 12 e 18 meses. Agora, o que pode levar a um novo rebaixamento é uma situação em que você tem uma recessão mais profunda e prolongada, que prejudique a dinâmica ainda mais ou leve a uma maior instabilidade política e social. Ou um cenário em que o governo não consiga lidar com o aumento da dívida.

Tempo saberá mostrar os resultados, afirma Levy

Para ele, houve empenho de Dilma pelo ajuste e recessão é efeito da crise política

Ex-ministro diz que país corre o risco de retroceder se não houver reformas para conter gasto público

DE BRASÍLIA

Joaquim Levy se despediu do Ministério da Fazenda nesta sexta-feira (18) com a afirmação de que o país corre o risco de andar para trás se o governo não promover reformas que reduzam o gasto público.

O recado ao Planalto tem como alvo a decisão de postergar o envio ao Congresso de reformas como a da Previdência. Na avaliação do ex-ministro, o governo não pode correr o risco de ficar fazendo "mais do mesmo".

Nem seguir "opções equivocadas", como liberar gastos para tentar socorrer alguns setores econômicos.

Em nota divulgada no final da tarde, o ministro disse que ele e sua equipe fizeram o que foi proposto quando assumiu o cargo, pelo menos naquilo que dependia deles.

Afirmou também que chegou ao fim de 2015 preocupado com a situação do país. E que a crise econômica poderá se estender por 2016.

Ao falar sobre seu legado, disse que "o tempo saberá mostrar os resultados que se colherão de tudo que foi feito até agora" e responsabilizou a turbulência política pela maior parte da crise.

"Seria uma injustiça comigo, com minha equipe e com a presidente Dilma Rousseff achar que o país enfrenta uma recessão pelo fato de termos proposto e, em alguma medida, já implementado um ajuste fiscal. Um ajuste pelo qual ela tem se empenhado."

"Boa parte da queda do PIB decorre de processos políticos, que tiveram importante impacto na economia, criando incerteza e multiplicidade



Levy em café da manhã com jornalistas em seu último dia

de cenários que levaram à retração da atividade."

Pela manhã, em café com jornalistas, Levy disse que Dilma está envolvida com questões de natureza não econômica que tiram dela "alguns graus de liberdade para tocar

uma agenda mais intensa de reformas nesse momento".

Mas se mostrou otimista em relação à possibilidade de que o impeachment da presidente seja evitado, que pode piorar a situação do país, segundo o ex-ministro.

“Boa parte da queda do PIB decorre de processos políticos, que tiveram importante impacto na economia

JOAQUIM LEVY
ex-ministro da Fazenda

Durante o evento, Levy não quis confirmar sua saída do cargo, mas admitiu estar conversando com a presidente sobre o assunto.

Torcedor do Botafogo, time campeão da Série B de 2015, o ministro disse que voltar para a primeira divisão dá um pouquinho de trabalho, mas que o Brasil tem condições para reverter o rebaixamento da nota de crédito.

O Brasil perdeu neste semestre o selo de bom pagador dado por duas agências de classificação de risco e entrou na lista de países com maior risco de calote.

Alvo constante de críticas do PT e setores da esquerda, o ministro disse que os defensores do imposto sobre fortunas aprovaram neste ano várias medidas de ajuste, mas não mexeram nas propostas para tributar aplicações no mercado financeiro que trariam mais justiça tributária.

Negou ter sido traído ou boicotado por membros do governo ou do partido, mas disse ter ficado decepcionado com a oportunidade perdida de eliminar brechas na tributação de altas rendas.

Neste semana, o governo colocou em uma medida provisória que já tramitava no Congresso aumento de IR sobre aplicações corrigidas pela taxa básica de juros e o fim da isenção para as letras de crédito LCI e LCA, mas a MP não foi aprovada a tempo para entrar em vigor em 2016.

(EDUARDO CUCOLO VALDO CRUZ)